



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

MARIVALDO DE SOUZA MOURA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA CONTRUÇÃO DA BARRAGEM
DE ACAUÃ NA COMUNIDADE DE VILA NOVA DE PEDRO VELHO,
MUNICÍPIO DE AROEIRAS – PB**

Campina Grande - PB

2016

MARIVALDO DE SOUZA MOURA

**IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS DA BARRAGEM DE ACAUÃ NA
COMUNIDADE DE VILA NOVA DE PEDRO VELHO, MUNICÍPIO DE
AROEIRAS – PB**

Monografia apresentada como exigência do
Curso de Geografia da UFCG– campus Cam-
pina Grande-Paraíba, para obtenção do título
de Licenciado em Geografia.

Orientador: Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza

Campina Grande - PB

2016

FICHA CATALOGRÁFICA ELABORADA PELA BIBLIOTECA CENTRAL DA UFCG

M929i

Moura, Marivaldo de Souza.

Impactos socioambientais da construção da barragem de Acauã na comunidade de Vila Nova de Pedro Velho, município de Aroeiras - PB / Marivaldo de Souza Moura. – Campina Grande, 2016.

64 f. : il. color.

Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em Geografia) – Universidade Federal de Campina Grande, Centro de Humanidades.

"Orientação: Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza".

Referências.

1. Geografia – Impactos Socioambientais.
2. Reterritorialização.
3. Políticas Públicas. I. Souza, Thiago Romeu de. II. Título.

CDU 911.2:504(043)



UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE
CENTRO DE HUMANIDADES
UNIDADE ACADÊMICA DE GEOGRAFIA
CURSO DE GEOGRAFIA

FOLHA DE APROVAÇÃO

BANCA EXAMINADORA DE: MARIVALDO DE SOUZA MOURA

TÍTULO: CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ACAUÃ: IMPACTOS SOCIOAMBIENTAIS
NA COMUNIDADE DE VILA NOVA DE PEDRO VELHO –
AROEIRAS/PARAÍBA.

TRABALHO DE CONCLUSÃO DE CURSO

Campina Grande (PB), 03 de maio de 2016.



Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza (UFCG - Orientador)



Prof. Dr. Fernando Garcia de Oliveira (Examinador Externo)



Prof. Dr. Sérgio Murilo Santos de Araújo (UFCG – Examinador Interno)

DEDICATÓRIA

À minha noiva Jane, aos meus pais Mário e Nilda, ao meu irmão Marcílio, torcedores da minha vitória.

AGRADECIMENTOS

A Deus, meu refúgio e minha fortaleza para que eu não desanimasse nas horas difíceis. Obrigado Deus!

Ao Prof. Dr. Thiago Romeu de Souza, orientador deste trabalho, que não mediu esforços, ensinamentos e dedicação para que eu obtivesse êxito na conquista desta vitória. Meu profundo agradecimento!

Aos meus pais Mário e Nilda, fontes da minha inspiração para concretização dos meus objetivos. Amo vocês!

Ao meu irmão Marcílio, exemplo de perseverança e coragem para que eu continuasse firme e forte na minha caminhada. Abraços!

À minha noiva Jane, pelo apoio e compreensão diante de momentos em que me mantive ausente. Beijos!

“Porque há esperança para a árvore, pois, mesmo cortada, ainda se renovará, e não cessarão os seus rebentos. Se envelhecer na terra a sua raiz, e no chão morrer o seu tronco, ao cheiro das águas brotará e dará ramos como a planta nova” (Jó 14: 7-9).

RESUMO

Com uma área de acumulação de água correspondente a 253 milhões de metros cúbicos, a Barragem de Acauã é o 3º maior reservatório de água do Estado da Paraíba. Este manancial teve início no período que compreende 14 de junho de 1999 a agosto de 2002, o qual inundou partes dos municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba. Este trabalho discorre sobre os impactos socioambientais provocados pela mesma. Para tanto, priorizou-se como objetivo principal, analisar as alterações ambientais e sócio espaciais que foram geradas pela construção da Barragem de Acauã na comunidade de Vila Nova de Pedro Velho situada às margens do Rio Paraíba no município de Aroeiras – PB. E também objetivamos identificar como vivem as famílias diante do processo reterritorialização aos quais foram submetidas e conhecer o processo de desterritorialização dos ribeirinhos que viviam naquela área. O estudo realizado permitiu observar que, os intentos maiores da construção da Barragem de Acauã não foram atingidos. Daí, se concluir, que uma obra como essa traz consigo grandes consequências tanto para as comunidades ribeirinhas, como para os não ribeirinhos, mas que vivem no seu entorno, seja na economia quando desarranja suas bases produtivas, seja na sua infraestrutura, diante da inundação dos bens públicos. Nesse sentido, esperamos que este trabalho sirva como documentos que possam ser utilizados pelos governos locais como forma de instrumento norteador de políticas públicas de melhorias às condições de vida dos atingidos pela construção da Barragem de Acauã.

Palavras- chave: Reterritorialização; Impactos Socioambientais; Políticas Públicas.

ABSTRACT

With a corresponding water accumulation area to 253 million cubic meters, Acauã Dam is the 3rd largest water reservoir in the state of Paraíba. This source began in the period comprising 14 June 1999 to August 2002, which flooded parts of the municipalities of Aroeiras, Itatuba and Natuba. In addition to historicizing construction of the dam in focus, this paper discusses the social and environmental impacts caused by the same. Therefore, it prioritized the main objective, to analyze changes from an environmental point of view and spatial partner that were generated by the construction of Acauã Dam in Vila Nova de community of Pedro Velho situated on the Paraíba River banks in the city of Aroeiras - PB, about 148 km from the capital João Pessoa and, as specific objectives, assess the effects of Acauã construction on the physical and biotic environment, identify how the families live on the repossession process to which they were submitted and meet the dispossession process of river that They lived in that area. The study allowed us to observe that the greatest attempts Acauã of dam construction are providing water to the cities of Salgado de Sao Felix, Itabaiana, Pilar, Inga, Itatuba, Mogeiro, San Miguel de Itaipu, Aroeiras and Fagundes, reinforcement the water system that supplies Campina Grande, Boqueirao, Burning and Caturité; Irrigation of the Lower Vale do Paraíba; creating a fishing pole and containment of the floods that periodically ravage the cities of Salgado de Sao Felix, Itabaiana, San Miguel de Itaipu, Holy Spirit Cross and Cabedelo. Hence, one can have an idea of the magnitude of Acauã reservoir and, concomitantly, to note that a work like this carries great consequences for the coastal communities, and to non-riparian, but living in their surroundings, either in the economy when disarranges its production bases, either in its infrastructure, given the flood of public goods. In this sense, it has the intention to build documents that can be used by local governments as a way of guiding instrument of public policy improvements to the living conditions of those affected by the construction of Acauã Dam.

Key words: Dam Acauã; Social e Environmental Impacts; Public Policy.

LISTA DE SIGLAS

MAB – Movimento dos Atingidos por Barragens

MME – Ministério das Minas e Energia

DNOCS – Departamento Nacional de Obras Contra as Secas

CAGEPA – Companhia de Água e Esgotos da Paraíba

IAP – Índice de Avaliação Ponderal

CONAB – Companhia Nacional de Abastecimento

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 -Curso do Rio Paraíba na localidade Pedro Velho, município de Aroeiras.....	27
Figura 2 - Imagem da Comunidade de Pedro Velho (Antes da Barragem Acauã encher).....	32
Figura 3 - Dia-a-dia da comunidade de Pedro Velho.....	32
Figura 4 - Imagem da Comunidade de Pedro Velho sendo invadida pelas águas.....	33
Figura 5 - Comunidade de Pedro Velho invadida pelas águas.....	33
Figura 6 - Comunidade de Pedro Velho submersa nas águas da Barragem Acauã.....	34
Figura 7 - Imagem Aérea da Barragem de Acauã.....	34
Figura 8 - Realocação da Comunidade de Pedro Velho.....	36
Figura 9 - Lixo a céu aberto.....	37
Figura 10 - Esgoto a céu aberto.....	37
Figura 11 - Antigo cemitério de Pedro Velho/Aroeiras, PB. Em 30 de dez. 2012 após estiagens.....	38
Figura 12 - Visita da CAGEPA à Barragem Acauã (Dez. 2013).....	40
Figura 13 - Visita da CAGEPA às Comunidades atingidas pela Barragem Acauã (Cajá e Melancia- Dez. 2013.....	40
Figura 14 - Atingidos pela Barragem Acauã reivindicando abastecimento de água.....	41
Figura 15 - Habitantes da Comunidade de Pedro Velho tentando salvar seus pertences diante da invasão das águas.....	53
Figura 16 - Comunidade de Pedro Velho “afogando-se” nas águas.....	53

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Grau de Escolaridade.....	46
Gráfico 2 - Quantidades de filhos.....	47
Gráfico 3 - Principal atividade econômica das famílias antes da Barragem de Acauã.....	48
Gráfico 4 - Benefícios para os moradores com a construção da Barragem de Acauã.....	50
Gráfico 5 - Moradores ouvidos acerca do novo local.....	51
Gráfico 6 - Se o prazo apresentado pela construtora foi suficiente para retirada dos imóveis.....	52
Gráfico 7 - Quanto ao resgate da cultura e tradições da população atingida pela Barragem de Acauã.....	54
Gráfico 8 - Relacionamento entre os moradores da atual Vila Nova de Pedro Velho.....	55

LISTA DE MAPAS

Mapa 1 – Localização da Barragem Argemiro de Figueiredo –Acauã.....	31
Mapa 2 - Hidrografia (Adaptado da SUDENE 1970).....	39

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	13
1- UM BREVE HISTÓRICO EM TORNO DAS BARRAGENS NO BRASIL.....	15
1.1 TERRITÓRIO, TERRITORIALIDADE E/OU DES-TERRITORIALIDADE E SUA RELAÇÃO COM A CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ACAUÃ.....	19
1.2 UM OLHAR NAS PRINCIPAIS BARRAGENS QUE MARCAM A HISTÓRIA DO NORDESTE.....	21
1.3 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS E AMBIENTAIS A PARTIR DAS CONSTRUÇÕES DE BARRAGENS.....	23
2 - O RIO PARAÍBA DO NORTE: UMA VISÃO HISTÓRICA.....	26
2.1 ANTECEDENTES.....	27
2.2. MARGENS DE PEDRAS: O MÉDIO CURSO DO RIO PARAÍBA.....	27
2.3. MARGENS ESQUECIDAS: O BAIXO CURSO DO RIO PARAÍBA.....	28
3 - A BARRAGEM DE ACAUÃ.....	31
3.1 IMPACTOS SOCIOECONÔMICOS AMBIENTAIS CAUSADOS PELA CONSTRUÇÃO DA BARRAGEM DE ACAUÃ.....	35
4 - CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS.....	42
4.1 DESCRIÇÕES DOS PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	43
4.2 A COMUNIDADE DE VILA NOVA DE PEDRO VELHO.....	43
4.3 A ABORDAGEM E O QUESTIONÁRIO.....	45
5 - ANÁLISE DOS RESULTADOS.....	46
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	56
REFERÊNCIAS.....	59
APÊNDICE.....	62

INTRODUÇÃO

Os finais da década de 60 são marcados pela chamada crise ambiental. O desequilíbrio ambiental determinado pelo crescimento econômico do pós-Guerra tornou evidente os desajustamentos entre os processos de desenvolvimento econômico e a manutenção sustentável da base de recursos naturais e ambientais que lhe servem de suporte. As ações de desenvolvimento cresceram em número, impondo uma degradação ambiental sem precedentes, reduzindo a capacidade de reação e de auto-regeneração dos sistemas naturais, consumindo, a passos largos a reserva de recursos acumulados ao longo de milênios e criando problemas globais de alterações climáticas, e perda de biodiversidade, reconhecidos hoje como uma realidade indiscutível. Daí adquiriu-se consciência do poder destrutivo das ações do homem decorrentes de sua própria atividade.

A construção da Barragem de Acauã, por sua vez, não foge a regra e enquadra-se dentro desta dinâmica, que embora relativo apresenta um determinado índice de impactos socioambientais. Nesse sentido, os motivos que nortearam a escolha deste tema: “Impactos Socioambientais da Construção da Barragem de Acauã na Comunidade de Vila Nova de Pedro Velho, município de Aroeiras – PB” devem-se aos seguintes: construir documentos que possam ser utilizados pelos governos locais, como forma de instrumento norteador de políticas públicas de melhorias às condições de vida dos atingidos pela respectiva barragem e/ou alertar às autoridades competentes da necessidade de preservar o meio circundante, como forma a desenvolver e aplicar políticas ambientais rigorosas face às vulnerabilidades socioambiental sem que vive esse povo. Portanto, temos como objetivo principal, analisar as alterações ambientais e sócio espaciais geradas pela construção da Barragem de Acauã na comunidade de Vila Nova de Pedro Velho, situada às margens do Rio Paraíba no município de Aroeiras – PB. E como objetivos específicos verificar como vivem as famílias diante do processo reterritorialização aos quais foram submetidas e conhecer o processo de desterritorialização dos ribeirinhos que viviam naquela área.

Ademais, a perspectiva deste trabalho é paralela à ideia de que os discursos acerca de melhorias, progresso e/ou desenvolvimento a partir da construção de barragens são intencionais, de convencimento em prol da dominação do outro.

Para tanto, o trabalho em foco está organizado em cinco capítulos. O primeiro capítulo traça um breve histórico em torno das barragens no Brasil, as barragens que marcam a história

do Nordeste e os impactos socioeconômicos e ambientais a partir destas construções. O segundo capítulo apresenta uma visão histórica do rio Paraíba do Norte: a origem do seu nome, extensão, ocupação de suas margens a partir do século XVI e importância econômica e cultural para quem mora no seu entorno, por exemplo. O terceiro capítulo trata da Barragem Acauã, abordando sobre os impactos socioeconômicos e ambientais causados pela mesma, o quarto capítulo faz referência aos aspectos metodológicos: metodologia empregada, descrição do delineamento, a comunidade de Vila Nova de Pedro Velho, a abordagem e o questionário, procedimento de coleta dos dados e, o quinto capítulo aborda a análise dos resultados das entrevistas. Por fim, são feitas as considerações finais.

1 UM BREVE HISTÓRICO EM TORNO DAS BARRAGENS NO BRASIL

Sendo a água essencial para a vida, desde os primórdios o homem sentiu necessidade de represá-la para sua sobrevivência em virtude das longas estiagens. Daí desenvolveu o homem a princípio, um sistema rústico e arcaico de armazenamento de água, inspirando mais tarde as atuais barragens. Apenas como histórico informativo referenciamos que, barragens são paredes de concreto ou de terra compactada em cursos de rios temporários ou perenes para contenção das enchentes que assolam populações que moram nas jusantes e/ou armazenamento dessa água para o consumo humano ou geração de energia.

Com a crescente demanda pela água durante o século XX, o mundo recorreu às obras de barragens, pois a essas construções estavam relacionados o desenvolvimento e o progresso econômico por atender aos anseios de irrigação, geração de eletricidade, controle de inundações e o fornecimento de água potável, anteriormente mencionados. Outras funções e metas das grandes barragens são somadas a estas, pela Comissão Mundial de Barragens (2000b): desenvolvimento regional, geração de emprego e fomento para uma base industrial com potencial exportador. No que concerne à geração de renda advinda de exportações estão: a venda direta de eletricidade, de produtos agrícolas ou de produtos processados por indústrias eletrointensivas, como indústria do alumínio. Nessa perspectiva, as barragens poderiam desempenhar um significativo papel no mundo.

Por outro lado, a questão dos oponentes, isto é, impactos positivos ou negativos das grandes barragens, também recebem atenção nos trabalhos da Comissão Mundial de Barragens:

Essas represas fragmentaram e transformaram os rios do mundo, enquanto que estimativas globais sugerem que entre 40 e 80 milhões de pessoas foram deslocadas pelas barragens. À medida que as bases dos processos de tomada de decisão foram tornando-se mais abertas, participativas e transparentes em muitos países, a opção de construir grandes barragens foi sendo cada vez mais contestada, chegando ao ponto de colocar em questão a construção de novas grandes barragens em muitos países. Os enormes investimentos envolvidos e os impactos gerados pelas grandes barragens provocaram conflitos acerca da localização e impactos dessas construções - tanto das já existentes como das que ainda estão em fase de projeto, tornando-se atualmente uma das questões mais controversas na área do desenvolvimento (COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS, 2000b, p.1).

Assim, em meio às controvérsias e grandes contradições em torno das barragens é necessário um olhar mais atento acerca do por que destas serem construídas e o que está por trás das demandas que justificam a construção das mesmas. Não podemos fechar os olhos diante do fato de que os recursos naturais, em especial os recursos hídricos, estejam sujeitos a demandas crescentes e competitivas motivadas pelo crescimento da população global e pelos interesses do capital.

Historicamente, a destruição da natureza e do meio ambiente, através da exploração dos recursos hídricos, por exemplo, associada à exploração da força humana de trabalho, que culmina na exclusão social, sempre serviu aos interesses agroindustriais, como instrumentos de acumulação de capital e de poder político, em todo o mundo (IORES, 2006)

Sob o ponto de vista de Iores, (op. cit.) a construção de barragens é um empreendimento capitalista significativamente lucrativo. No Brasil, são construídas atendendo as conveniências de uma matriz energética, a saber: a hidroeletricidade, bem como, o abastecimento e consumo humano. Todavia, em ambas as situações são possíveis perceber que deixam para traz um rastro de agressividade ao meio ambiente e concomitante às populações ribeirinhas, causando-lhes impactos sociais, culturais e econômicos, incalculáveis. Dito de outra forma, com a construção de barragens a população ribeirinha fica à mercê de uma verdadeira desordem territorial, haja vista, a desterritorialização da mesma implicar na quebra de vínculos e/ou perda de controle das territorialidades pessoais ou coletivas.

Como afirmou muito apropriadamente Haesbaert, (2006, p. 117-118):

O território, enquanto relação de apropriação e/ou domínio da sociedade sobre o seu espaço, não está relacionado apenas à fixidez e à estabilidade (como uma área de fronteiras bem definidas), mas incorpora com um de seus constituintes fundamentais o movimento, as diferentes formas de mobilidade, ou seja, não é apenas um “território-zona”, mas também um “território-rede”.

Nessa compreensão, com a construção de barragens vários territórios conectam-se formando novas territorialidades e dinâmicas sociais. A multiplicidade espacial exige, por sua vez, a articulação em redes. Nos “territórios-rede”, diversas manifestações locais e globais se entrelaçam, exigindo visão integradora que enfatize os aspectos político, econômico e simbólico, para compreensão da complexa dimensão territorial dos processos sociais.

Apesar da complexidade em “ordenar” territórios, a década de 1970 marcou a história da construção de grandes barragens no Brasil. Na Região Nordeste foi construída a usina hi-

drelétrica de Sobradinho, no Rio São Francisco. Logo em seguida, foi construída a de Itaparica. Simultaneamente, no Sul, ocorre o início da construção de Itaipu, na bacia do Rio Uruguai. A terceira grande obra de época foi Tucuruí, na Região Norte. Em todas essas barragens, ocorreu importante organização popular, motivada pelos sérios problemas socioambientais decorrentes.

Segundo dados publicados pelo Movimento dos Atingidos por Barragens, o Brasil tem mais de 2.000 barragens construídas em todo o país, inundando uma área de 34 mil quilômetros quadrados (área maior que o Estado de Alagoas, que tem 29 mil quilômetros quadrados). Praticamente 2/3 (63,6%) do potencial brasileiro de produção de energia encontra-se localizado na região amazônica, principalmente nos Rios Tocantins, Araguaia, Xingu e Tapajós. Nesses locais a geração de energia é de alto impacto ambiental e de elevado custo de transmissão. Outros 20% do potencial encontram-se no Sul, nas bacias dos Rios Paraná e Uruguai, que são áreas de grande densidade populacional (MAB, 2008a).

Detalhando o exemplo de Tucuruí, ícone de prejuízos socioambientais, Acserald e Silva (2004) informam que esta barragem foi construída no sul do Estado do Pará, na Amazônia Oriental brasileira, inundando 2.600 quilômetros quadrados de florestas que margeavam o Rio Tocantins, entre os anos de 1984 e 1985. Afirmam que a área alagada incluía parte da reserva dos índios Parakanã e alguns núcleos urbanos, resultando no deslocamento compulsório de suas áreas de moradia e de trabalho, aproximadamente, 10 mil famílias. A maioria dessas famílias vivia do extrativismo e foram bruscamente lançadas na atividade agrícola, nos loteamentos às margens do lago. Em consequência das dificuldades de estabilização econômica, ocorreu o favorecimento da recomendação fundiária e o desmatamento. Ilustrando o alcance dos problemas, os autores em referência registram a instalação de 200 serrarias nas proximidades do lago, dedicadas à atividade madeireira descontrolada e informam, em acréscimo, que eclodiram empreendimentos siderúrgicos previstos pelo Programa Grande Carajás que demandaram mais utilização de madeira para a fabricação de carvão vegetal, desestabilizando ainda mais a pequena produção local de alimentos. Os autores lembram, ainda, que a floresta não foi desmatada a tempo em 90% da área destinada à formação da represa, resultando nos problemas ambientais relacionados à decomposição de grandes quantidades de matéria orgânica vegetal, como o exemplo que se segue:

A água estagnada e a vegetação em putrefação de Tucuruí, no Brasil, causaram uma infestação de moscas e de uma classe especial de mosquitos agressivos com uma picada muito dolorida. Os insetos tornaram miserável a vida da população moradora

do entorno do reservatório. Alguns moradores queixavam-se de terem sido mordidos 700 vezes em apenas uma hora. Uma onda de doenças incluindo malárias e leishmaniose atacou a região e muitas pessoas foram forçadas a abandonar as suas casa e fazendas (REDE INTERNACIONAL DE RIOS, 2000, p. 14).

Na segunda metade dos anos 1990, as famílias expropriadas continuavam ameaçadas pela acentuada proliferação de insetos em sua área de realocação, bem como, pelos agentes da apropriação violenta das terras, os grileiros, a serviço dos latifundiários locais.

Referindo-se à década de 1990, Vainer (2004) lembra que foi uma década de relativa estagnação dos grandes projetos hidrelétricos no país. Contudo, os anos 2000 prometeram e estão cumprindo uma retomada do ritmo da década de 1970, com investimentos nas duas fronteiras hidrelétricas do país: a Amazônia e a bacia do Rio Uruguai. É também previsível a multiplicação do que se considera, tendo em vista a potência instalada, pequenas e médias barragens, cujos impactos nem sempre são igualmente pequenos e médios.

Tratando-se da geração de eletricidade, Benjamim (2001, p. 1) diz:

Em eletricidade, o Brasil ocupa no mundo uma posição semelhante à da Arábia Saudita, em petróleo. Graças a isso, mais de 90% de nossa capacidade de geração se baseia em duas coisas gratuitas: a água das chuvas e a força da gravidade. Bacias hidrográficas generosas, com centenas de rios permanentes e caudalosos, se espalham por grandes regiões – Sul, Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste e Norte – cujos regimes de chuvas são bem diferentes. Por serem rios de planalto, seguem trajetórias em que, de modo geral, a declividade é suave. Quando barrados, formam grandes lagos. É energia potencial estocada. É só fazer a água cair, passando por uma turbina, que geramos a eletricidade mais barata do mundo, de fonte renovável e não poluente. Se as barragens forem construídas em sequência, ao longo do curso de um rio, a mesma gota de água será usada inúmeras vezes, antes de se perder no oceano.

De acordo com o Movimento dos Atingidos por Barragens (2008c), 92% da energia produzida no Brasil vem de fonte hídrica. Verdum (2007), por sua vez, afirma que a geração de energia elétrica através da fonte hidráulica é considerada a principal vantagem competitiva do Brasil, com grandes possibilidades de expansão. A hidro energia contribui atualmente com 85,4% da energia elétrica que é produzida no país e tem um potencial estimado para gerar 260 GW. O autor apresenta que, de acordo com informações do Ministério das Minas e Energia (MME), somente são aproveitadas 28%, restando aproximadamente 72% de potencial hidro energético com possibilidades de exploração.

Nuti (2007), em sua análise das estimativas de população atingida por projetos hidrelétricos, ratifica a expressividade dos contingentes populacionais deslocados por ocasião da construção de barragem no Brasil, notadamente durante as décadas de 1970 e 1980. Dificuldades e soluções foram debatidas no final dos anos 1980 e início da década de 1990. Todavia, nos lembra a autora que não existe regulamentação ou institucionalização de tais iniciativas. A política ambiental do setor elétrico não é observada e nem atualizada, relegando para o campo das negociações caso a caso várias situações que podem resultar em decisões e procedimentos inadequados, com soluções que não recompõem as condições de vidas dos grupos atingidos, concomitante, aponta que não se trata de comparação entre projetos e nem negociação individualizada, mas o desenvolvimento de procedimentos adequados para todas as situações e institucionalização ou regulamentação desses, para ressaltar a relevância que requer preocupação com os impactos relacionados ao deslocamento compulsório dos grupos populacionais.

1.1 Território, Territorialidade e/ou Des-Territorialização e sua Relação com os Impactos da Construção da Barragem de Acauã

Há múltiplas abordagens sobre as concepções de território e as formas como ele é interpretado nas ciências sociais, o que sugere a existência de uma diversidade de enfoques. Não obstante, em qualquer acepção, o território tem a ver com poder, mas não apenas ao tradicional "poder político". Ele diz respeito tanto ao poder no sentido mais explícito, de dominação, quanto ao poder no sentido mais implícito ou simbólico, de apropriação (HAESBAERT, 2007).

Assim sendo, o território é uma categoria de análise produzida por ações políticas e socioeconômicas. Emerge como um produto da construção de uma sociedade, num processo de apropriação de uma porção do espaço por uma coletividade. Observamos que os múltiplos agentes, como os governos, as empresas e os próprios indivíduos podem criar e/ou destruir territórios a partir do momento em que habitam e começam a estabelecer relações nos espaços, com os poderes de dominação e apropriação que lhe são peculiares. Os processos de criação e expansão dos territórios são as territorializações, ao passo que as dinâmicas de destruição e contração dos territórios são as desterritorializações, sendo que as práticas de recriação

dos territórios desterritorializados são as reterritorializações. Significando dizer que, não há desterritorialização sem concomitante reterritorialização (Haesbaert, 2004). Sinteticamente, podemos dizer que a territorialização é a ocupação e o estabelecimento de forças em espaços, a desterritorialização é o movimento de partida ou fuga do território e a reterritorialização é o movimento de inserção num novo território. A partida do território se refere a uma recusa em reconhecer o novo tipo de território, ou um território novo malformado ou mal reconhecido, em relação ao sujeito. Ademais, um território pode ser deixado para trás se existirem novas dinâmicas socioeconômicas que lhe confirmem novos usos e/ou valores.

Pensando o conceito de territorialidade, Silveira (2011, p. 39) diz:

Se podemos entender o território como a extensão apropriada e usada, a territorialidade pode ser definida como o sentido de pertencer àquilo que nos pertence. É um sentimento de exclusividade e limite que alcança também os animais, quando se considera a área de vivência e reprodução.

Sem a pretensão de propormos um desfecho à reflexão acima, sobre as relações entre território e territorialidades sob uma perspectiva territorial, observamos que a autora se prestou a uma breve conceituação dos referidos termos, estabelecendo umnexo causal entre eles. Para tanto, como subterfúgio para melhor compreensão, observamos o caso da Barragem de Acauã, analisando de que forma atuou e transformou o território em questão; e de que forma as territorialidades por ela desencadeada tipificam o território e concorrem para a promoção do desenvolvimento local. Como de praxe nas ciências sociais, não existem formulas conclusivas e interpretações irrefutáveis. No que tange às análises do desenvolvimento local, não poderia ser diferente. Os territórios, cada qual dotados de territorialidades e demais potencialidade espaciais específicas, são elementos únicos, de modo que as dinâmicas de desenvolvimento devem tomá-los como critérios organizativos em separado. Nesta perspectiva, notamos que as políticas de desenvolvimento que interpretam os territórios como elementos homogêneos estão definitivamente fadadas ao fracasso.

Assim sendo, a construção da Barragem de Acauã impôs às famílias diretamente atingidas uma mudança forçada de seu território e, conseqüentemente, de seus meios de vida. Mesmo aquelas que optaram em permanecer próximas ao rio, no remanescente de suas propriedades atingidas, tiveram de se adequar ao novo ambiente que foi formado e às restrições de uso impostas pela formação do reservatório. Diante desse panorama, é importante ressaltar

que as comunidades atingidas possuíam formas diferenciadas de relações sociais, culturais, econômicas e territoriais que dificilmente poderão ser reaplicadas em outra realidade, que neste caso, se trata do reassentamento forçado, ou seja, a esse novo espaço produzido, pois tende a homogeneização da diversidade sociocultural das comunidades que foram deslocadas. Por outro lado, a dispersão das famílias inviabilizou também, festividades religiosas e culturais, uma vez que, o significado destas festas está sendo perdido ao longo do tempo na memória das pessoas.

1.2 Um Olhar nas Principais Barragens que Marcam a História do Nordeste

Rememorando a história, o ano de 1877 foi o início da maior tragédia nacional em virtude do fenômeno natural: A Grande Seca no Nordeste com duração superior a três anos deixou cicatrizes que até hoje são nítidas. O estado do Ceará, uma das áreas mais atingidas, na época com 1,5 milhão de habitantes, perdeu mais de um terço da sua população de maneira trágica, tendo sido palco de migrações em massa de flagelados.

Somente a partir de meados dos anos oitenta do século passado passou-se, a saber, que as secas são devidas ao fenômeno conhecido por El Niño no Pacífico Sul. Muitos anos antes, outro intenso El Niño foi responsável pela retirada dos invasores holandeses de onde é hoje a costa do Ceará. Em 1880, logo após a Grande Seca, o Imperador D. Pedro I que esteve na área atingida, nomeou uma comissão para recomendar uma solução para o problema das secas no Nordeste. As principais recomendações foram a construção de estradas para que a população pudesse atingir o litoral e a construção de barragens para suprimento de água e irrigação no “Polígono das Secas” cuja área é superior a 950.000 km². Isso marcou o início do planejamento e projeto de grandes barragens no Brasil. A primeira dessas barragens foi a do Cedro, situada no Ceará e concluída em 1906.

Podemos inferir que os anos 50 e 60 do século passado foram os anos dourados na construção de barragens para combate às secas. O açude de Orós foi o maior do Ceará até a construção do Açude de Castanhão, iniciada em novembro de 1995, pelo DNOCS, sobre o leito do Rio Jaguaribe, sendo concluído em 2003, com capacidade de armazenamento de 6.700 milhões de metros cúbicos de água, cuja finalidade principal foi o abastecimento de água da cidade de Fortaleza (BRASIL, 2008c).

A Região Nordeste ao longo dos anos enfrenta o problema da escassez de recursos naturais, da variabilidade climática e da irregular distribuição geográfico-temporal de seus recursos hídricos superficiais e subterrâneos. No epicentro das secas, as precipitações maiores ocorrem nas serras úmidas que estão espalhadas aleatoriamente dentro da região semiárida. A menor precipitação média do Brasil verifica-se no município de Cabaceiras, na Paraíba, com média de 310/330 milímetros anuais (MENDES, 2007). Intencionalmente, este Município está localizado próximo e tem características semelhantes aos municípios de Aroeiras, Natuba e Itatuba, em cujos territórios foi construída a Barragem Acauã.

Ecologicamente, o Agreste/NE é uma região muito devastada em decorrência da luta secular que o homem regional enfrenta com os recursos naturais na tentativa de sobrevivência. As superpopulações humanas e dos animais domésticos que são criados extensivamente, a situação de pobreza em que vive parte da população, a ocorrência da secas e a existência de extensas áreas de solos de baixa qualidade contribuíram para que tanto o homem como os animais domésticos diminuíssem drasticamente os recursos vivos locais (plantas e animais), com consequências desastrosas para os recursos hídricos e de solos. É considerada uma das áreas mais pobres e degradadas do Brasil e apresenta numerosos núcleos de desertificação (MENDES, 2008; LIMA, 2004).

Em relação à água, as principais características da região são: rios intermitentes, secas periódicas e cheias frequentes, uso predominante da água para abastecimento humano e agropecuário; águas subterrâneas limitadas, em razão da formação cristalina que abrange cerca de 70% do semiárido; baixa eficiência hidrológica dos reservatórios em função das altas taxas de evaporação (a disponibilidade efetiva anual dos reservatórios é de cerca de um quinto de sua capacidade de acumulação); conflitos de domínio entre União e Estados, em trechos de rios perenizados por reservatórios públicos; existência de ampla, embora insuficiente, estrutura hídrica construída ao longo dos anos, com reservatórios de todos os tamanhos, públicos e privados, e poços perfurados no sedimento e no cristalino, mas com problemas de segurança, de manutenção e de operação (VIEIRA, 2000).

A forma mais usual de disponibilização de água na região é a acumulação em barragens, em chamadas comumente na região, de açudes. A capacidade total de acumulação das barragens no Nordeste atinge a cifra de 85.127 bilhões de metros cúbicos, sendo que, do total, 56.009 bilhões de metros cúbicos referem-se às capacidades de acumulação dos reservatórios de Sobradinho (34.116 bilhões), Itaparica (11.782 bilhões), Xingó (3.800 bilhões), Moxotó

(1.226 bilhão) e Boa Esperança (5.085 bilhões) (VIEIRA, 2000). O Departamento Nacional de Obras contra as Secas (DNOCS) construiu 295 açudes públicos no semiárido nordestino, com capacidade total de acumulação de 16.540 bilhões de metros cúbicos, possibilitando a perenização de 3.340 quilômetros de rios intermitentes. Para citar dois exemplos, na Paraíba foram construídos 43 açudes públicos e no Rio Grande do Norte foram construídos 52. O DNOCS, também construiu em colaboração com prefeituras e particulares 676 açudes, com capacidade de acumulação de 1.431 bilhões de metros cúbicos (VIEIRA, 2000).

Com relação à qualidade da água, em virtude da ação do homem, os recursos hídricos do Nordeste vêm sendo degradados, isto é, os mananciais estão sendo alterados pelas atividades desenvolvidas em suas bacias hidrográficas. A qualidade da água também é prejudicada devido aos problemas de salinização e assoreamento.

No Estado da Paraíba, as barragens construídas também cumprem a função de perenização dos rios, abastecimento e irrigação. Todavia, a Barragem de Acauã, localizada no município de Aroeiras, por constituir-se a área de estudo deste trabalho será de forma particular, foco de atenção no antepenúltimo capítulo.

1.3 Impactos Socioeconômicos e Ambientais a Partir das Construções de Barragens

A complexidade das construções de barragens não se restringe apenas aos seus “múltiplos benefícios” e significados. Outra questão relacionada a essa temática trata-se da impossibilidade da ciência avaliar com precisão a extensão dos impactos socioeconômicos ambientais decorrentes de empreendimentos dessa natureza.

Sabemos que as barragens submergem terras extremamente férteis que abrigam ecossistemas diversos. Boa parte da fauna e da flora que vive nessas áreas normalmente não consegue sobreviver em outras regiões depois do enchimento do reservatório. Aliado a isto está o fato de que as barragens normalmente são construídas em áreas remotas, que representam o último refúgio de espécies deslocadas pelo desenvolvimento de outras regiões. Além de destruir o habitat de várias espécies, os reservatórios ainda contribuem para obstruir os acessos das rotas migratórias de muitos animais. Como efeito secundário, além das matas e bosques destruídos pelo enchimento do reservatório e pela construção das linhas de transmissão, áreas

de cobertura vegetal próximas ao local da barragem também são destruídas pela ação de agricultores e madeireiros. No primeiro caso, os agricultores deslocados da área inundada acabam por desmatar áreas próximas ao reservatório para reconstruir suas casas e plantações. Já os madeireiros, se aproveitam do acesso facilitado pela abertura de novas estradas para desmatar regiões anteriormente de difícil acesso.

Segundo Barros (1985, pp. 6-7) “de modo geral, os estudos existentes tratam de processos de realocização concluídos, poucos se dedicam a estudar o processo de transformação que ocorre no período que antecede uma realização populacional”.

Diante disso não podemos dispensar considerações acerca dos transtornos que as grandes barragens trazem à população que vive em áreas de inundação, envolvida por processo de transformação sempre radical e compulsória do espaço onde são localizados aqueles empreendimentos. Sabemos que os segmentos populacionais de menor renda sofrem mais diretamente os impactos sócio-econômicos e ambientais por encontrarem-se excluídos do processo de crescimento econômico.

Fazendo jus a esse pensar, Ross (1970, pp. 24-27) apresenta as seguintes ideias:

(01) Impactos socioeconômicos:	(02) Impactos ambientais:
<ul style="list-style-type: none"> • Forte demanda de mão-de-obra para construção civil; • Grande fluxo de população masculina estranha à região; • Tendência à criação de focos de prostituição; 	<ul style="list-style-type: none"> • Intensa liberação de mão-de-obra;
<ul style="list-style-type: none"> • Crescimento demográfico extenso, com surgimento de favelas; • Mudanças de hábitos e costumes sociais dos nativos; • Aparecimento de comércio clandestino; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desaceleração brusca da economia local;
<ul style="list-style-type: none"> • Alterações nos custos dos serviços (preço de mão-de-obra); • Deficiências infraestruturais (escolas, hospitais, água filtrada, esgotos, elevação no preço das mercadorias e serviços). 	<ul style="list-style-type: none"> • Mão-de-obra ociosa;
<ul style="list-style-type: none"> • Desaloja populações ribeirinhas, rurais e urbanas; • Interfere em bens de valor afetivo, cultural e religioso; • Inundações de terras agrícolas torna as pequenas propriedades inviáveis economicamente; 	<ul style="list-style-type: none"> • Desequilíbrio social pela queda do nível de renda;
<ul style="list-style-type: none"> • Cria dificuldades de circulação e comunicação entre comunidades vizinhas; • Desestrutura as famílias de origem rural, que às vezes são transferidas para áreas muito distantes. 	<ul style="list-style-type: none"> • Esvaziamento demográfico com forte migração urbana.

Diante do exposto é possível assegurar que a construção de barragens, quase sempre irresponsáveis, impõe às populações atingidas, perdas imensuráveis nas áreas social, ambiental, econômica e cultural.

2. O RIO PARAÍBA DO NORTE: UMA VISÃO HISTÓRICA

O rio Paraíba do Norte é o mais importante rio da Paraíba. Com aproximadamente 300 km de extensão, nasce na Serra Jabitacá, no Município de Monteiro, com o nome de rio do Meio, sendo sua mais alta vertente originária do Pico da Bolandeira, a 1.079 metros de altitude. A bacia do rio Paraíba corresponde a 18.000km² e representa 32% da área territorial do estado, que tem mais de 60% de suas fronteiras constituídas de divisores de águas, sendo que o contorno sul quase reproduz em escala maior a bacia do rio Paraíba, que deu o nome ao estado. O rio nasce numa das regiões mais secas, o Cariri, e deságua numa região de grande riqueza, a região canavieira, na planície litorânea. A maior parte de seu percurso se dá no alto da Serra da Borborema. De lá, desce passando pelo Agreste, atingindo o litoral.

Conhecer o rio Paraíba é conhecer a história do estado. A sua ocupação deu-se inicialmente na região da várzea, próxima ao litoral, ainda no século XVI, sendo o restante de suas margens ocupadas nos séculos seguintes. O significado mais aceito de “Paraíba”, de origem Tupi, é rio mau, numa referência à dificuldade natural que o rio apresentava no início da colonização por ocasião das cheias.

As cheias do rio Paraíba são características do seu regime irregular, condicionado pelo clima semiárido e pelo leito impermeável de seus altos e médios cursos. Este rio singular, ora está completamente seco, ora cheio em toda a extensão. Das chuvas irregulares que caem violentamente em determinadas épocas do ano, resultam as súbitas enchentes, cujas correntes avançam em forma de cabeças d’água barrentas, levando de roldão tudo o que encontram pela frente, inchando seu volume e causando enormes prejuízos.

A primeira cheia que se tem notícia ocorreu em 1641, estragando as culturas da várzea. Outras foram as de 1698 e a de 1731. A de 1780 trouxe uma Cruz ao Engenho Espírito Santo, gerando o nome da vila ali existente. A de 1924 arrasou as cidades do Agreste, a exemplo de Itabaiana e Pilar. A construção do açude Boqueirão, no médio curso do rio, espaçou mais as enchentes que ainda hoje ocorrem apenas no baixo curso, alimentado pelos afluentes, a exemplo da cheia de 1985, que arrasou a cidade de Cruz do Espírito Santo e a mais recente de 2004. (CADERNOS DO LOGEPA, 2003, p.74).

2.1 Antecedentes

A ocupação ao longo do rio Paraíba foi iniciada ainda no século XVI, com a instalação de engenhos em sua várzea. Até a chegada dos holandeses em 1654, havia dezoito engenhos e a ocupação prolongava-se até o engenho Tapuá, em Salgado de São Félix. A partir de então, existiam apenas alguns currais para juntar o gado fugido dos engenhos. Com a saída dos holandeses, inicia-se o processo de ocupação e povoamento do interior através do estabelecimento das fazendas de gado, que eram a prioridade para a concessão de terras, por parte da coroa. Por isso, a pecuária desbrava os sertões, ocupando inicialmente as terras mais apropriadas para essa atividade. Pilar foi a missão da nação Cariri mais próxima da capital, fundada em 1670. De lá, missionários jesuítas subiram pelas margens do rio Ingá, afluente do Paraíba, e fundaram, em uma colina, a segunda aldeia dos Cariris, atual Campina Grande, em 1697. (CADERNOS DO LOGEPA, 2003, p.75).

2.2 Margens de Pedras: O Médio Curso do Rio Paraíba

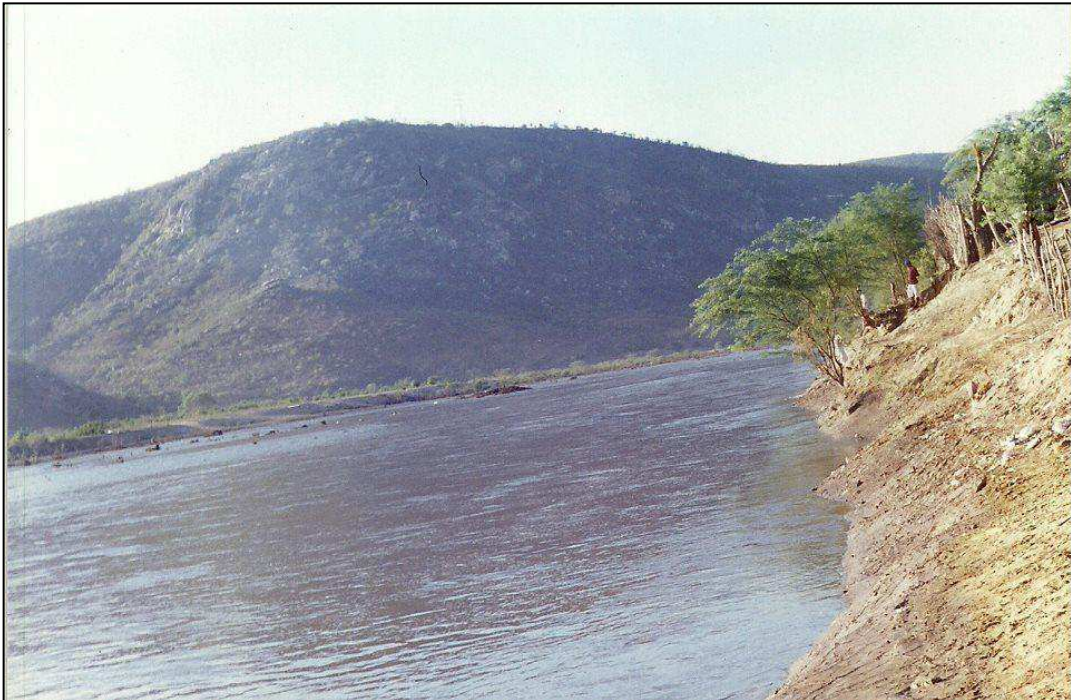


Figura 1– Curso do Rio Paraíba na localidade Pedro Velho, município de Aroeiras. Fonte: Movimento dos Atingidos por Barragens (MAB). Acesso em 13 de Maio de 2016.

O Médio Curso do rio Paraíba é um trecho bastante interessante do rio Paraíba, pois parte dele corre num vale estreito entre serras graníticas, ou seja, numa garganta, ou canyon, constituindo uma paisagem ímpar e de rara beleza. Compreendem os municípios de Barra de Santana, Gado Bravo, Umbuzeiro, Aroeiras, Natuba, Salgado de São Félix, Mogeiro e Itabaiana. Destacam-se os seguintes lugares e cidades ao longo do rio: Curimatã – Localidade onde foi iniciada a construção de uma barragem pelo Exército em 1956, não concluída. As ruínas da cidade e da barragem ainda estão presentes; Pedra do Altar – Bloco granítico contendo inscrições rupestres, situado a dois quilômetros rio abaixo, a partir de Curimatã; Umbuzeiro -. Um umbuzeiro deu nome ao local, circunstância que atraiu os primeiros moradores, que lucravam com a hospedagem a viajantes e tropeiros.

Agricultores abastados mudaram-se para o local a partir de 1850, entre eles a família Pessoa, cujos descendentes mais ilustres, nascidos no local, são Epitácio Pessoa e João Pessoa; Fazenda Alto Pinheiros - Situada em Guarita, município de Itabaiana, a casa grande, construção do final do século XIX, é um verdadeiro museu, pelo que representa em termos arquitetônicos e por encontrar-se preservada em seu interior, com mobiliário de época representativo dos costumes e da vida cotidiana do agreste pecuarista; Itabaiana - Importante centro regional do Agreste, Itabaiana tem sua história relacionada à famosa feira de gado do início do século. (CADERNOS DO LOGEPA, 2003, p.76).

2.3 Margens Esquecidas: O Baixo Curso do Rio Paraíba

O baixo curso do rio Paraíba é uma região histórica e cultural que tem seu início em Pilar, descendo até a foz do rio, em Cabedelo, numa extensão de aproximadamente 80 quilômetros. Nesta região, a várzea vem sendo ocupada por engenhos de cana-de-açúcar desde o século XVI. Compreende os municípios de Cabedelo, Bayeux, Santa Rita, Cruz do Espírito Santo, São Miguel de Taipú e Pilar. O engenho era responsável pela sustentação econômica e militar da colônia, levando a civilização para as regiões do Litoral e do Agreste, fundando povoados, vilas e cidades às margens do rio Paraíba. No engenho, a sociedade era composta pela família proprietária de um lado, e pelos trabalhadores e escravos de outro, gerando uma rígida estratificação social, cuja característica era a enorme desigualdade social. No município de Santa Rita, açucareiro por excelência, foi instalado o primeiro engenho da então Capitania, o Engenho Real Tibiri, em 1586. Posteriormente vários engenhos se espalharam pela grande, rica e fértil várzea do rio Paraíba, toda retalhada de rios caudais de água doce, cenário perfeito para a atividade canavieira, cuja forma de organização espacial consistia no estabele-

cimento do engenho de cana-de-açúcar, da casa grande, capela e senzala. Algumas dessas construções antigas podem ainda servistas na paisagem da várzea do rio Paraíba, representando um patrimônio cujas idades variam do século XVI ao XIX. São elas: Igreja de Nossa Senhora de Nazaré, na Praia do Almagre - Almagre significa barro ou areia vermelha. Construção do início do século XVII. Totalmente em ruínas, pertencia aos Jesuítas que fundaram no local uma colônia de catequese indígena. Localizada na praia do Poço, no município de Cabedelo; Engenho das Graças - Situado na Ilha do Bispo e tombada pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN). Construção do século XVIII e que atualmente resta apenas a capela, em estado de abandono. Do engenho e casa grande ficaram algumas paredes laterais; Torre de Atalaia - Foi construída inicialmente para a preservação do nosso litoral assediado por piratas franceses, interessados na extração do pau-brasil, com a ajuda dos índios Potiguara. Situada em Forte Velho, Município de Santa Rita; Capela da Batalha - Em 14 de outubro de 1636, Rabelinho, líder na resistência contra os holandeses, matou o então governador holandês no engenho Espírito Santo, quando este último assistia a uma farinhada. Perseguido, enfrentou uma batalha no local onde hoje está situada a referida Capela; Capela do Socorro - Depois que Rabelinho e sua tropa mataram o governador holandês e travaram uma batalha, obtiveram socorro da população no local onde posteriormente foi erguida a Capela do Socorro numa homenagem à resistência popular e posterior saída dos holandeses da província. Situada em Cruz do Espírito Santo, às margens do rio Paraíba, é uma construção do século XVII. Constitui-se, juntamente com a capela da Batalha, uma referência histórica do sentimento patriótico dos colonizadores paraibanos na resistência contra os holandeses na Paraíba; Capela de Santana do Gargaú - Situada no antigo engenho Gargaú, em Santa Rita, pertencia ao fundador da capitania, Duarte Gomes da Silveira, o que lhe confere valor histórico maior que o artístico; Capela do antigo Engenho São João - Construção possivelmente do século XVIII inteiramente em ruínas e, portanto, sem definição de estilo. Atualmente os destroços misturam-se com o mato e somente as paredes laterais estão de pé. Situada em Santa Rita; Capela de São Filipe - pertencia ao engenho São Tiago Maior, um dos mais antigos da Paraíba, movido a bois. Posteriormente incorporou o patrimônio da Usina São João. Essa construção do século XVIII, em estilo colonial (barroco rural), está desabando; Engenho Marau - Construído a partir de 1714 por Frei de Santa Clara, pertencia aos frades beneditinos. Sua Capela é de 1724 e concluída em 1752. Localizado em Cruz do Espírito Santo; Capela de Sant'Ana - Situada no Engenho do mesmo nome, à margem direita do rio Paraíba em Cruz do Espírito Santo. Construção do século XVIII, com um belíssimo frontispício em estilo barroco. Atualmente é patrimônio do INCRA; Ruínas do Engenho Reis - Um dos mais antigos da vár-

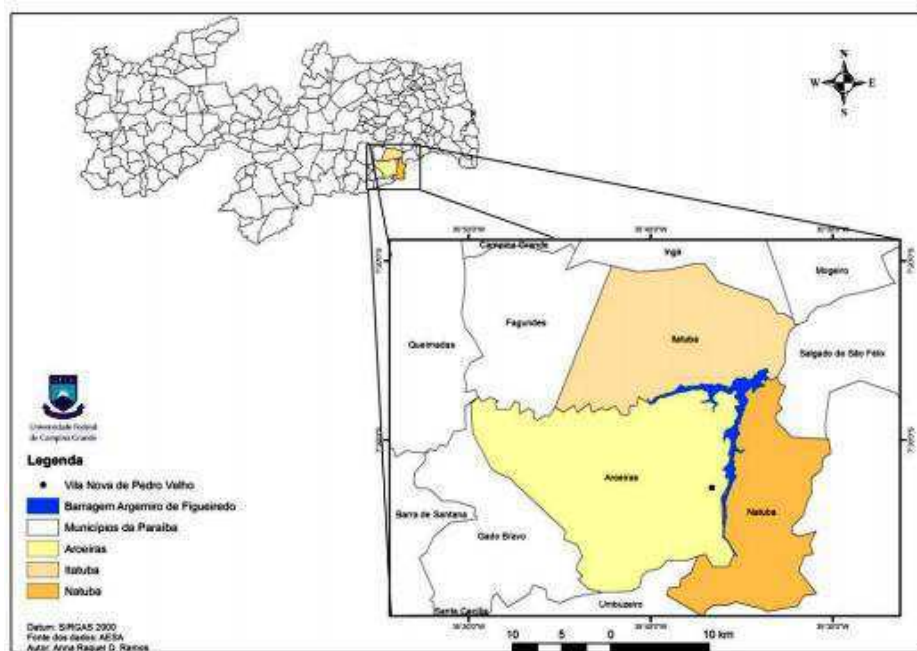
zea, suas ruínas do século XVI são ainda testemunhos desse tempo, caracterizando, assim, um valioso patrimônio representativo dessa época, e que atualmente se encontra abandonado sob a vegetação, no sopé de uma colina da várzea, prestes a desaparecer. Acima dele está o açude Reis; Engenho e Capela Patrocínio - O destaque é a capela de São Gonçalo, única na Paraíba em forma hexagonal. Construída no século XVII em estilo barroco, sofreu interferência em 1913. Sua rara beleza arquitetônica a torna o mais exótico monumento esquecido da várzea do rio Paraíba. O estado de conservação, por sua vez, é péssimo, necessitando urgentemente de restauração; Capela do Engenho Tapuá - Este era o engenho mais avançado da várzea, antes da chegada dos holandeses e, portanto, limite da região canavieira. Seis léguas após esse engenho ficava o último curral, que delimitava o espaço conhecido até a chegada dos holandeses em 1634 e que corresponde a Salgado de São Félix. O engenho encontra-se abandonado e ruindo e a casa grande, em bom estado de conservação; Engenho Corredor - Situado às margens do rio Paraíba, sua importância está relacionada ao escritor José Lins do Rêgo, que ali morou e se inspirou para escrever suas obras literárias, referência cultural da civilização dos engenhos, antes do advento das usinas. O engenho está abandonado, assim como a casa grande; Casa da Câmara de Pilar - Construção do século passado, restaurada, onde atualmente funciona a Biblioteca Pública. Neste prédio, o Imperador Pedro II alojou-se, quando visitou a cidade.

Na margem direita do rio Paraíba, em Cabedelo, próximo à foz, encontra-se a Fortaleza de Santa Catarina, construção iniciada no século XVI, para conquistar a região, fundar a Capitania da Paraíba e impedir as invasões estrangeiras. Após vários anos de restauração, o forte atualmente é mantido pela Fundação Fortaleza de Santa Catarina, e constitui-se num dos mais importantes patrimônios artístico e cultural do Estado da Paraíba. Na margem esquerda do rio Paraíba, em terreno colinoso ao norte, no município de Lucena, foi edificado a partir do século XVI o Santuário da Guia, para catequese indígena pelos Carmelitas. Atualmente é um elegante conjunto barroco com elementos arcaicos dos séculos XVI e XVII, restaurado, e com estrada pavimentada. Como vimos, percorrer o rio Paraíba é adentrar na história, na cultura e na geografia do Estado. Em muitos momentos, no entanto, depara-se com um misto de alegria e sofrimento. Alegria por estar diante de paisagens tão representativas da Paraíba e sofrimento pelo estado de abandono das margens, cidades e das muitas construções antigas, algumas prestes a desaparecer definitivamente. (CADERNOS DO LOGEPA, 2003, p.78-79).

3. A BARRAGEM DE ACAUÃ

Segundo Oliveira *et al.* (2005), em 14 de junho de 1999, tiveram início as obras da Barragem de Acauã, no Rio Paraíba, na divisa entre os municípios de Aroeiras, Itatuba e Natuba, no Estado da Paraíba, sendo previsto um prazo inicial de 540 dias para sua execução. Todavia, foi solicitado um aditivo de prazo prolongando a sua conclusão para dezembro de 2001, entretanto, sua construção física foi concluída somente em agosto de 2002.

Mapa de localização da Barragem de Acauã.



Fonte: Ana Raquel d' Ramos. Programa Gv Sig, julho de 2013.

A Figura a seguir, retrata Pedro Velho, uma das comunidades atingida pela referida barragem.

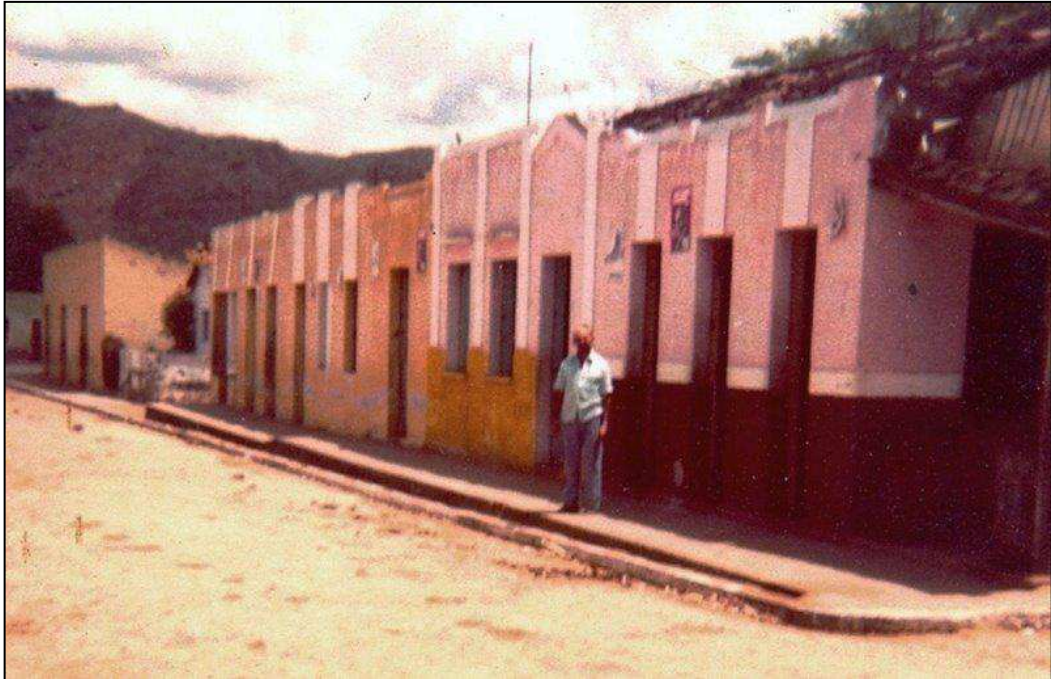


Figura 2: Comunidade de Pedro Velho- Antes da Barragem de Acauã encher.
Fonte: MAB. Acesso em 13 de Maio de 2016.



Figura 3: Dia-a-dia da comunidade de Pedro Velho. Fonte: MAB. Acesso em 13 de Maio de 2016.



Figura 4: Comunidade de Pedro Velho invadida pelas águas. Fonte: MAB.
Acesso em 13 de Maio de 2016.

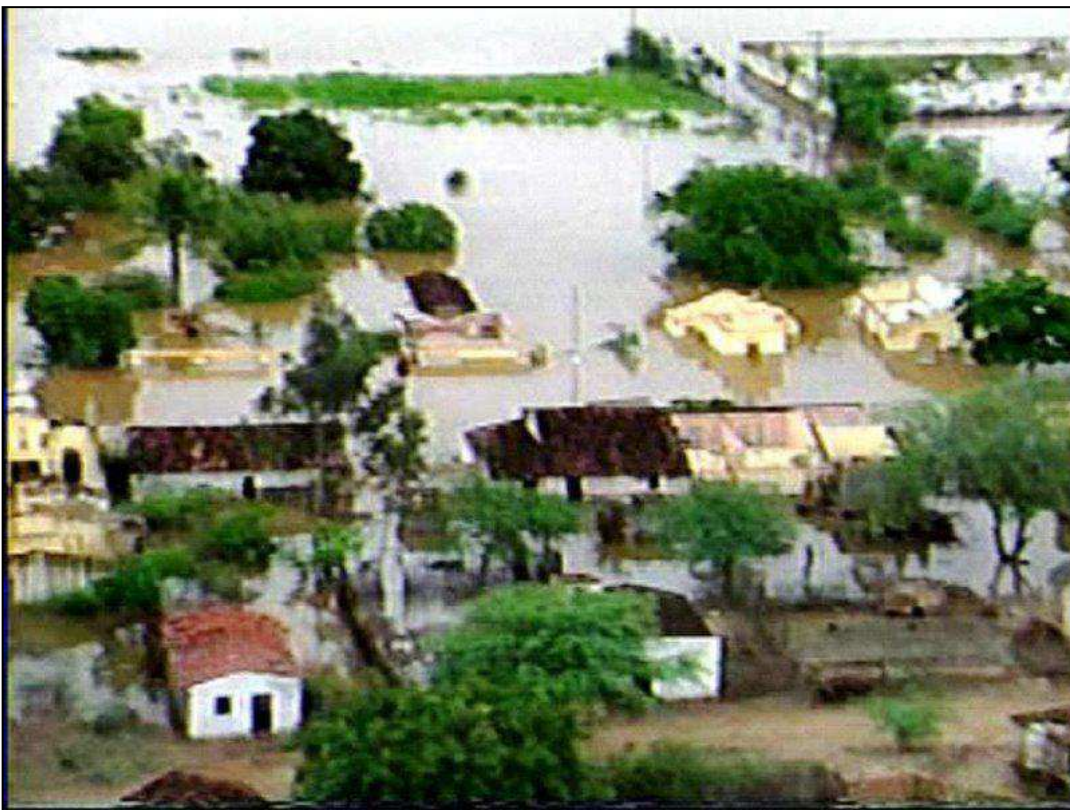


Figura 5: Comunidade de Pedro Velho submersa nas águas da Barragem de Acauã. Fonte: MAB.
Acesso em 13 de Maio de 2016.



Figura 6: Comunidade de Pedro Velho sendo invadida pelas águas. Fonte: MAB.
Acesso em 13 de Maio de 2016.



Figura 7: Imagem Aérea da Barragem de Acauã. Fonte: MAB.
Acesso em 13 de Maio de 2016.

Em 1999, de acordo com a FAC (Fundação de Ação Comunitária), a comunidade de Pedro Velho possuía 284 unidades habitacionais, 43 casas fechadas, 02 casas em construção,

09 edificações comerciais, 10 equipamentos comunitários e 05 outras edificações, totalizando 353 edificações. (FUNDAÇÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA, 1999, p.13). As Fotos a seguir apresentam as águas expulsando a população atingida pela Barragem Acauã.

A Barragem de Acauã foi construída com a capacidade de armazenar 250 milhões de metros cúbicos de água, portanto, uma barragem de grande porte, cujo objetivo principal foi o abastecimento de água para as cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, Pilar, Ingá, Itatuba, Mogeiro, São Miguel de Itaipu, Aroeiras e Fagundes; reforço ao sistema hídrico que abastece Campina Grande, Boqueirão, Queimadas e Caturité; a irrigação do Baixo Vale do Paraíba, a criação de um polo pesqueiro e a contenção das enchentes que assolam periodicamente as cidades de Salgado de São Félix, Itabaiana, São Miguel de Itaipu, Cruz do Espírito Santo e Cabedelo. O acesso a mesma faz-se a partir de João Pessoa, pela BR- 230 até o entroncamento com a PB-054, seguindo-se por 18 km até a cidade de Itabaiana e mais 11 km até Salgado de São Félix. Dessa cidade segue-se por 15 km em uma estrada vicinal até a localidade de Junco, na margem esquerda do rio Paraíba (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA-SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS, 2000).

3.1 Impactos Socioeconômicos e Ambientais Causados pela Construção da Barragem de Acauã

A Barragem de Acauã para os habitantes das Comunidades Atingidas era símbolo de garantia de água para abastecimento, desenvolvimento da agricultura irrigada, piscicultura, geração de emprego e renda, bem como, valorização das terras considerando a oferta de água permanente. Todavia, em avesso ao sonho de consumo dessa gente, a conclusão desse reservatório de água viria gerar vários transtornos desde a realocação para outro lugar, interrupção das atividades corriqueiras, descrédito nas ações governamentais, entre outros fatores - Impactos socioeconômicos e ambientais – conforme Fotos comprobatórias:



Figura 8: Realocação da Comunidade de Pedro Velho. Fonte: MAB.
Acesso em 13 de Maio de 2016.



Figura 9: Lixo a céu aberto. Fonte: MAB. Acesso em 13 de Maio de 2016.

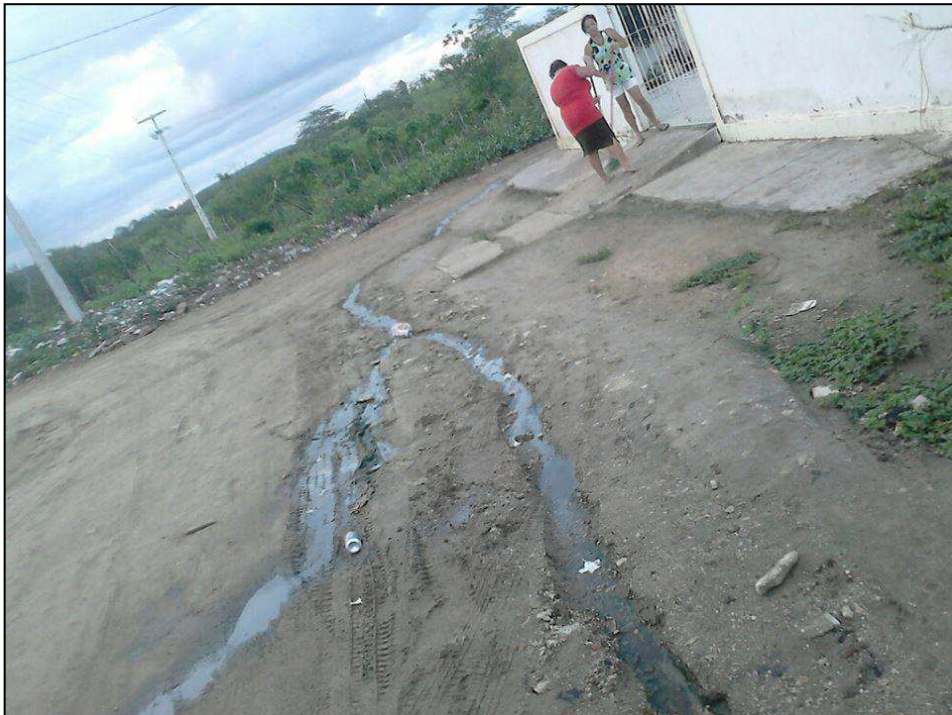


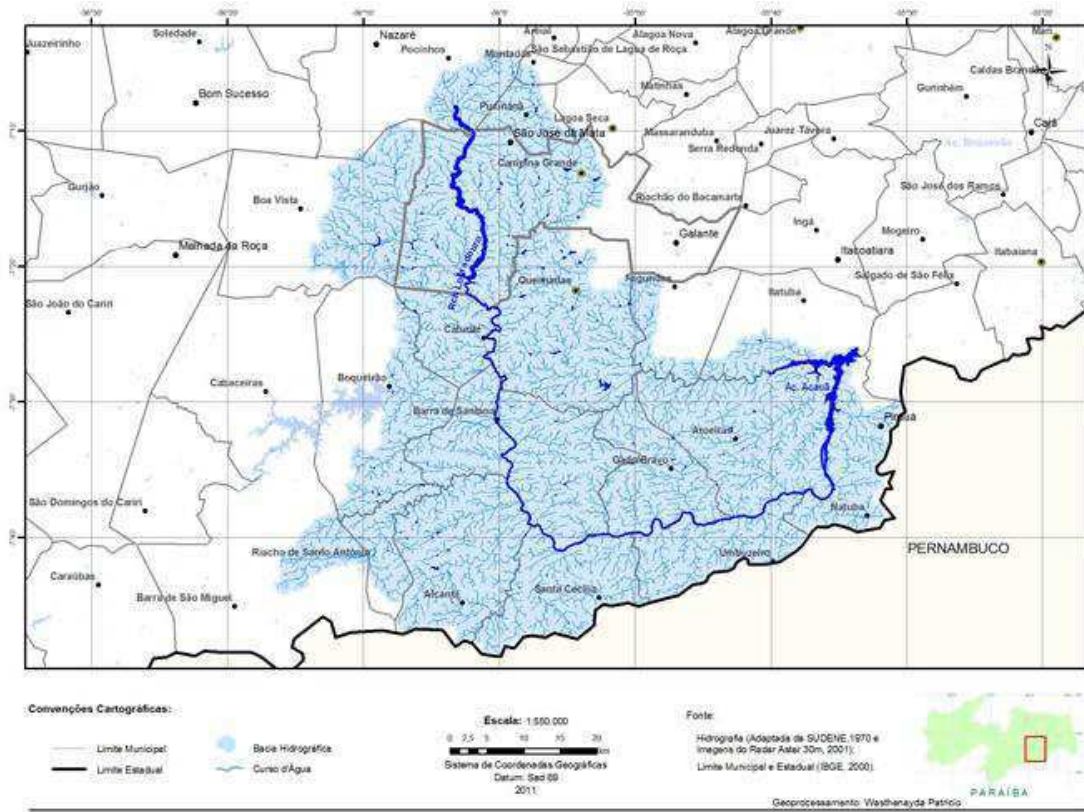
Figura 10: Esgoto a céu aberto. Fonte: MAB. Acesso em 13 de Maio de 2016.



Figura 11: Antigo Cemitério de Pedro Velho- Aroeiras, em 30 de dez. 2012 após estiagens.
Fonte: MAB. Acesso em 13 de Maio de 2016.

Acauã, que ocupa uma bacia hidráulica de 1.725 hectares, como se pode ver no mapa a seguir, provocou o deslocamento de aproximadamente 5.000 pessoas (900 famílias) que viviam às margens do Rio Paraíba. Em 2005, a barragem acumulou 85% da sua capacidade total de armazenamento, inundando completamente seis povoados: Melancia, Cajá, Ilha Grande, Junco, Pedro Velho e Cafundó e 115 imóveis rurais (OLIVEIRA *et al.*, 2005).

Mapa da Bacia Hidráulica da Barragem de Acauã



Mapa da Hidrografia (Fonte, SUDENE 1970)

O Decreto Lei n. 20.878 de 05 de junho de 2000, determinou as desapropriações das áreas que foram inundadas. Deflagraram-se os vários impactos adversos sobre o meio antrópico, com a conseqüente expulsão compulsória de um grande contingente de pessoas de suas casas e sítios, provocando a paralisação das atividades produtivas, o abandono da infraestrutura socioeconômica existente e a ruptura de relações familiares e sociais. As medidas para reassentar a população através de projetos produtivos, realizar o manejo da fauna, providenciar o desmatamento zoneado da área da bacia hidráulica, da realocação da infraestrutura de uso público, incluindo os cemitérios atingidos, da implantação e monitoramento de faixa de proteção do lago, do esgotamento sanitário das comunidades ribeirinhas até os dias atuais, não há sinais de que algo será feito, nem por iniciativa do Governo Federal e nem Estadual.

Em virtude das longas estiagens, o nível das águas da Barragem Acauã baixa e, conforme foi mostrado na foto 10 acima, imagens desoladoras vem à tona, a exemplo do antigo cemitério, provocando tristes recordações à população atingida que, também são vítimas da escassez de água.

Todavia, somente em dezembro de 2013 constatamos com fotos 11 e 12 apresentadas abaixo, a visita de um representante da CAGEPA.



Figura 12: Visita da CAGEPA à Barragem Acauã, Dez. 2013
Fonte: MAB. Acesso em 13 de Maio de 2016.



Figura 13: Visita da CAGEPA às Comunidades atingidas pela Barragem Acauã (Cajá e Melancia- Dez. 2013), Fonte: MAB. Acesso em 13 de Maio de 2016.

Prosseguindo com a apresentação dos elementos impactados, observamos a veracidade dos fatos com a Foto 13 a seguir, que apesar da visita de representantes da CAGEPA às Comunidades Atingidas, o problema da questão da água não foi solucionado. Para tanto, em março de 2014, cerca de 100 famílias ocuparam a Estação de Tratamento de Água (ETA), controlada pela Companhia de Água e Esgoto da Paraíba (CAGEPA), localizada no município

de Aroeiras (PB), para reivindicarem o abastecimento de água na Comunidade de Pedro Velho/ PB., sem contudo, haver nenhuma resolução nesse sentido, até o momento.



Figura 14: Atingidos pela Barragem de Acauã reivindicando abastecimento de água.
Fonte: MAB. Acesso em 13 de Maio de 2016.

4. CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Tomando-se como base os objetivos deste trabalho, classificamos a pesquisa em foco como qualitativa, do tipo estudo de campo. Buscamos na teoria e/ou revisão bibliográfica, esclarecimentos para melhor compreensão do objeto de investigação e paralelamente, luz para a análise dos dados.

Minayo (2001, p.54) faz algumas considerações sobre os obstáculos que podem dificultar ou viabilizar a pesquisa, primeiramente, o pesquisador deve buscar uma aproximação com as pessoas da área selecionada do estudo “De preferência, deve ser uma aproximação gradual, onde cada dia de trabalho seja refletido e avaliado, com base nos objetivos preestabelecidos”.

O referido autor (*Ibid.*, p.54) também considera significativo à apresentação da proposta de estudo aos grupos envolvidos “É preciso termos em mente que a busca das informações que pretendemos obter está inserida num jogo cooperativo, onde cada momento é uma conquista baseada no diálogo e que foge a obrigatoriedade”. Finalmente a autora destaca à postura do pesquisador em relação à problemática a ser estudada e que a opinião de campo pressupõe um cuidado teórico-metodológico com a temática a ser explorada, considerando que o mesmo não se explica por si só.

Ainda de acordo com Minayo (2001, p.51):

Para se conseguir um bom trabalho de campo, há necessidade de se ter uma programação bem definida de suas fases exploratórias e de trabalho de campo propriamente dito. É no processo desse trabalho que são criados e fortalecidos os laços de amizade, bem como os compromissos firmados entre o investigador e a população investigada, proporcionando o retorno dos resultados alcançados para essa população e a visibilidade de futuras pesquisas.

Nessa compreensão, o trabalho de campo trata-se de uma ferramenta que permite verificar, confirmar ou analisar dados e informações, além de também poder fornecer novas perspectivas para aquilo que se pesquisa.

Valendo salientar, porém, que o trabalho de campo apesar da sua utilidade, não é uma tarefa fácil, a considerar a resistência do público alvo para fornecer as informações desejadas. No nosso caso em particular, a aplicação de questionário foi uma atividade exitosa em virtude da entrega das cestas básicas pelo MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). Foi neste

momento que conseguimos firmar alguns laços de confiança com a população, conforme Minayo aponta acima.

4.1 Descrições dos Procedimentos Metodológicos

O estudo foi desenvolvido sob o aspecto qualitativo, empregamos uma abordagem próxima à etnográfica, em que priorizamos a descrição dos valores e significados que o grupo atingido apresentou. “Etnografia é a descrição de um sistema de significados culturais de um determinado grupo” (M. LUDKE e M. ANDRÉ, 1986, pp. 13-1). Desta forma, julgamos oportuna a escolha desse caminho por favorecer a interação entre o pesquisador e os membros de investigação.

4.2 A Comunidade de Vila Nova de Pedro Velho

A antiga vila de Pedro Velho encontrava-se localizada no trecho do médio Paraíba, às margens do leito rio. Seus moradores desfrutavam das terras férteis para a agricultura nas várzeas e ao longo das áreas de inundação, possuíam criação de gado e plantavam hortaliças, que serviam para abastecer a vila e para comercializar seus excedentes nas cidades próximas.

Este pequeno núcleo urbano, apesar de afastado da sede do município de Aroeiras, ainda pertencia ao seu território. Mesmo que precários, a vila do antigo Pedro Velho desfrutava dos serviços básicos de assistência à saúde como posto de saúde, praça para lazer e convívio social, igreja, escola e a rua principal pavimentada. Toda essa cotidianidade ficou submersa pelas águas do lago da barragem de acauã, sendo seus moradores relocados para a Vila Nova de Pedro Velho.

Atualmente, Vila Nova de Pedro Velho pertence ao município de Aroeiras e está localizada a aproximadamente 12 km do centro urbano do referido município. Sua construção origina-se especificamente para abrigar os moradores da antiga vila que foram atingidos pelas águas da barragem de Acauã. Nesta área, é comum ocorrer à ausência de chuvas por vários meses do ano. Por isso o distrito se enquadra na área ocorrência da conhecida Seca do Nordeste, que leva muitos prejuízos, principalmente, para a agricultura e pecuária do Agreste pa-

raibano, a área do município que margeiam o Rio Paraíba, onde se localiza a comunidade de Vila Nova, seguindo o sentido do lago do reservatório de Acauã, apresenta-se com um relevo bastante movimentado com uma significativa variação de acordo com o relevo existente em cada área, principalmente na divisa com os vizinhos municípios: a leste com o município de Natuba, e ao sul com o município de Umbuzeiro. Porém a parte mais elevada do município, onde se localiza o distrito de Vila Nova, encontramos o conjunto das Serras de Quatro Cantos, ao norte do assentamento. Quanto ao Bioma que a área apresenta a Caatinga manifesta-se, com predomínio do tipo arbóreo, com uma vegetação, adaptada à escassez de água.

O acesso à vila é feito a partir da cidade de Aroeiras unicamente pela rodovia PB 090. Por se tratar de uma rodovia não asfaltada, nos períodos de chuvosos fica quase intransitável, deixando a comunidade praticamente isolada da sede do município, bem como de outras localidades vizinhas.

A situação das 4500 de pessoas que vivem em Vila Nova de Pedro Velho (segundo dados da FAC [2009]), reclama, urgentemente, a adoção de medidas que venham a suprir as carências mais elementares (alimentação, escola, creche, saúde pública, transporte público, lazer, segurança pública) da população deslocada. Logo, esta população está lançada ao desamparo de um “conjunto habitacional”, sem infra-estrutura alguma, situados no “meio do nada”, impossibilitando a seus habitantes o exercício de qualquer atividade produtiva. Até agora o que se vê naquela comunidade, é a não concretização das ações elencadas nos discursos de anúncio do progresso, pois desde o reassentamento destes ribeirinhos na atual comunidade, não dispõem, das mínimas condições elencadas acima. O que se vê são muitos oportunistas, sejam os de natureza política, quando políticos profissionais se aproveitam das necessidades mais elementares que a comunidade tem para angariar votos; sejam os de natureza social, como os que se aproveitam de uma suposta militância no MAB. Atualmente, Vila Nova de Pedro Velho conta com uma significativa representatividade política, pois o Distrito tem 3 (três) vereadores mandatários na atual composição na Câmara Municipal de Vereadores de um total de 11 (onze).

Neste sentido, a fragmentação do MAB, segundo diversos interlocutores, dão conta de que existe um grupo ligado a base local do movimento, que recebe privilégios para mantê-lo distante das esferas de poder. Além disso, divulgam a ideia para o movimento, em nível nacional, que naquela comunidade o movimento é forte e tem conquistado os interesses dos atingidos. No entanto, não é esta a realidade. Segundo relatos, até as cestas básicas distribuídas

pela CONAB, encontram-se suspensas em virtude de denúncias de corrupção envolvendo membros do MAB local. Tais denúncias dizem respeito a cobranças de valores das cestas básicas que eram distribuídas pelo governo federal. Ao que se sabe, Vila Nova de Pedro Velho, é uma comunidade de atingidos que além, de ter vivido todo um processo de desarranjo econômico, político e social, ainda são vítima de oportunismo.

4.3 A ABORDAGEM E O QUESTIONÁRIO

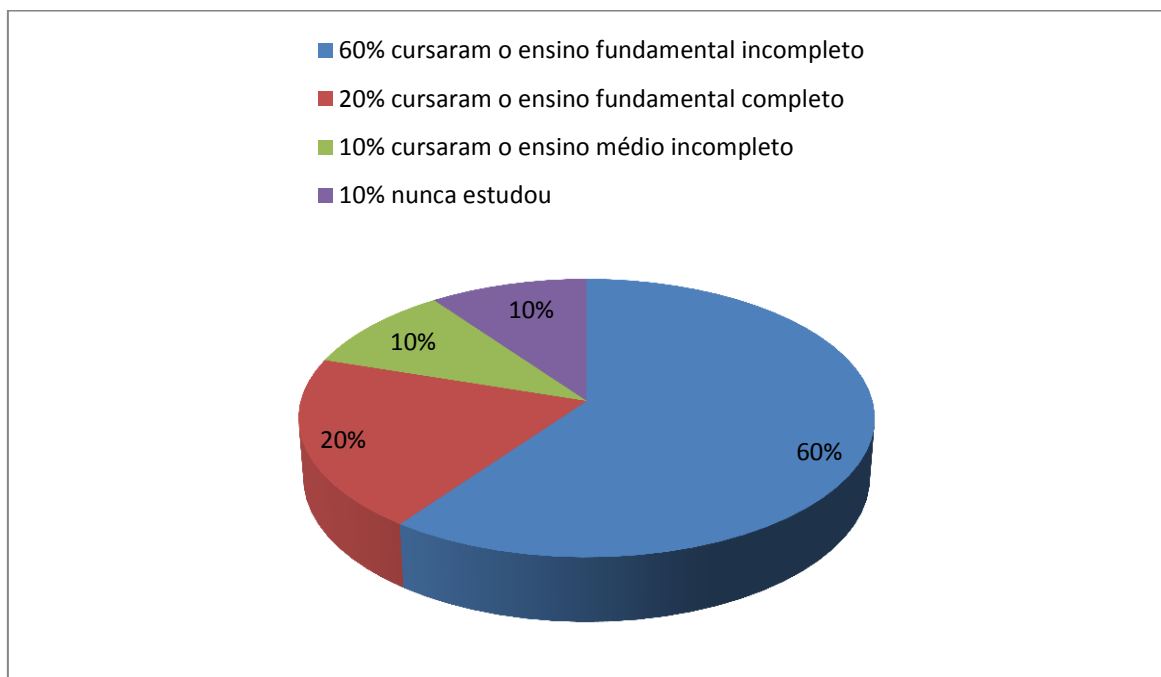
A amostragem escolhida para a pesquisa equivaleu a 100 (cem) famílias, no entanto, o vilarejo possui entre oitocentas (800) e oitocentas e cinquenta (850) famílias. Optamos por esta seleção, em virtude das escolhidas estarem diretamente associadas ao MAB (Movimento dos Atingidos por Barragens). O entrevistador, por conseguinte, mantinha relações pessoais anteriores com as mesmas, o que facilitou a obtenção de informações que pudessem contribuir de forma significativa para o êxito desta pesquisa. Ademais, todas as famílias em foco foram moradoras da Comunidade de Pedro Velho na época em que foi construída a Barragem de Acauã, as quais presenciaram a inundação da respectiva comunidade. Para coletar os dados junto às famílias foi utilizado um questionário que seguem em apêndice. A escolha deste instrumento deu-se por permitir que as pessoas o respondessem no momento em que julgassem oportuno, bem como, garantir o anonimato das respostas.

A coleta dos dados foi realizada durante o mês de janeiro 2016 quando na ocasião, aproveitando a distribuição das cestas básicas feita pela Companhia Nacional de Abastecimento (CONAB) na localidade, parte dos atingidos pela construção de Acauã foi beneficiada. Vimos que aquele era o momento de maior concentração de atingidos, além de ser uma grande oportunidade de conversar com muitos dos que foram diretamente atingidos pelo empreendimento. Momento em que uma parcela significativa de moradores se dispôs a responder os questionários, que foram entregues, em seguida, respondidos e devolvidos logo em seguida ao entrevistador para a análise dos resultados.

5 ANÁLISE DOS RESULTADOS

Esta pesquisa foi desenvolvida segundo os procedimentos metodológicos supracitados. Desse modo, os gráficos a seguir, representam a expressão das informações coletadas em campo de uma amostragem equivalente a 100 (cem) famílias, através do instrumento de coleta de informações, o questionário, elaborado com oito perguntas, cujas respostas foram confrontadas com os objetivos da pesquisa e concomitante com os pressupostos teóricos apresentados nas seções anteriores.

Gráfico 1 - Grau de Escolaridade



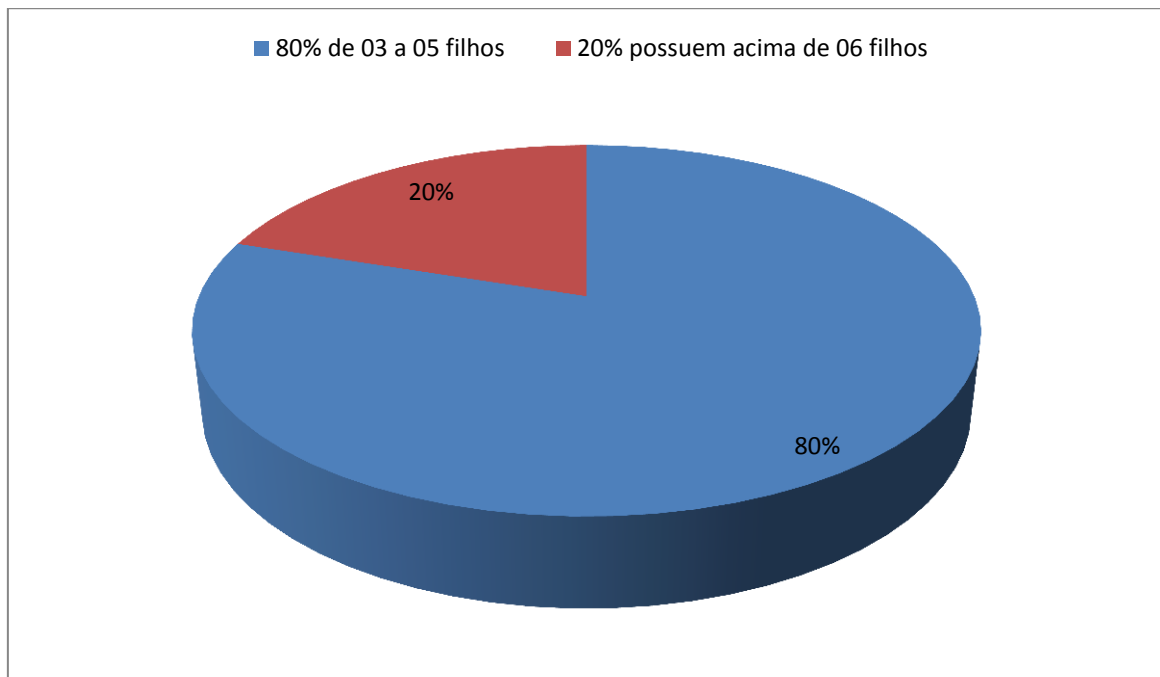
Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro/2016

Nota: Pesquisa realizada junto ao reassentamento de Vila Nova – Aroeiras- PB

Acerca da escolaridade das famílias pesquisadas obtivemos o seguinte resultado: 60% cursaram apenas o ensino fundamental incompleto, 20% cursaram o ensino fundamental completo, 10% cursaram o ensino médio incompleto e 10% nunca estudaram. Com base no exposto é possível perceber a carência escolar dessas famílias para analisarem discursos veiculados em matéria de jornais, em revistas e/ou documentos que tratavam sobre progresso e desenvolvimento a partir da construção da Barragem de Acauã. Significando dizer notada-

mente que não tinham dimensão dos prejuízos e/ou danos que poderiam ser associados às suas vidas. Cabe ainda afirmar, que o questionário da pesquisa não contemplou os casos de analfabetos e nem de indivíduos com curso superior, embora saibamos que haja uma parcela significativa de pessoas analfabetas, bem como pessoas com nível superior.

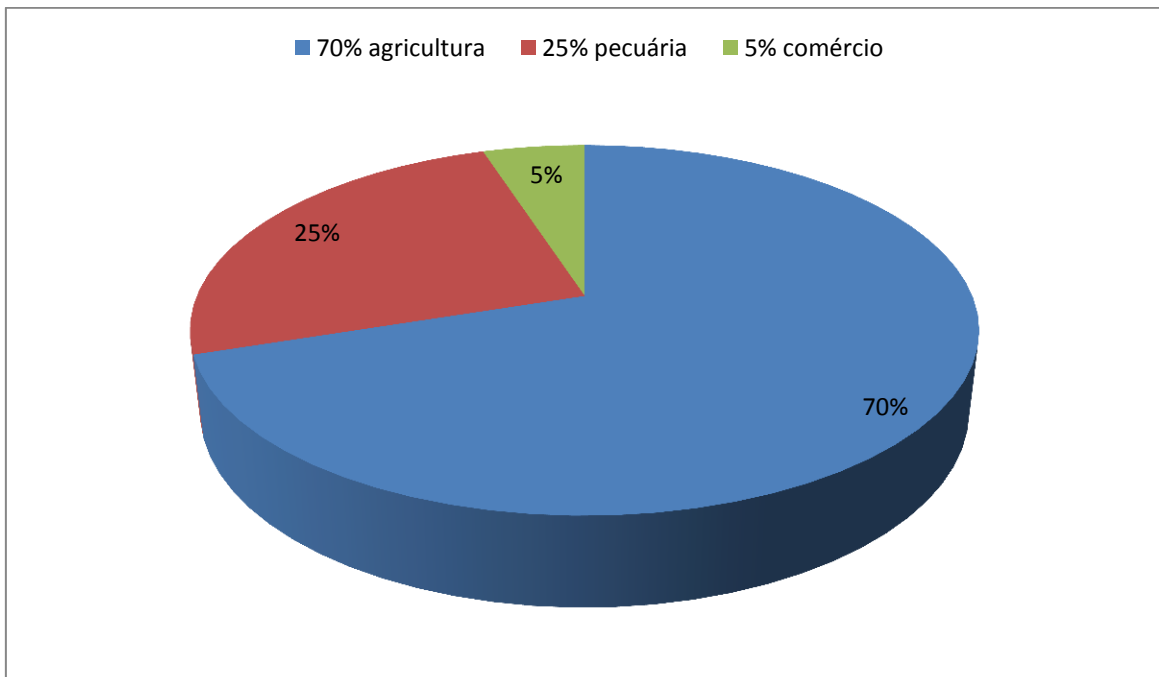
Gráfico 2 – Quantidades de Filhos



Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro/2016

Nota: Pesquisa realizada junto ao reassentamento de Vila Nova – Aroeiras- PB

Sobre a quantidade de filhos por família entrevistada foi detectado o seguinte: 80% possuem de 03 a 05 filhos e 20% possuem acima de 06 filhos. Tal evidência explicita que as famílias possuem uma quantidade elevada de filhos, fato este, motivo para dificultar a realocação das mesmas. Desta forma, Acauã alterou, significativamente, a estrutura demográfica e produtiva de uma população que foi deslocada e obrigada a modificar o seu sistema de vida. Dito de outro modo, Acauã instaurou uma verdadeira violência silenciosa, no ato do reassentamento da população, que também lida com os marcantes impactos ambientais, sociais, econômicos e culturais.

Gráfico 3 - Principal atividade econômica das famílias antes da Barragem Acauã

Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro/2016

Nota: Pesquisa realizada junto ao reassentamento de Vila Nova – Aroeiras- PB

O gráfico acima mostra que 70% das famílias entrevistadas tinham como principal atividade econômica, a agricultura; 25% a pecuária e apenas 5% o comércio, demonstrando que a base da fonte de renda familiar estava centrada na agricultura.

Dessa forma é pertinente sublinhar que, o deslocamento da população atingida modificou extraordinariamente os padrões de vida e afetou as condições de infraestrutura básica e de subsistência, pois não são garantidos aos assentados, os meios de vida que possuíam antes de serem desabrigados de suas localidades. Assim,

Os atingidos foram obrigados a mudar seu modo de vida: saíram de uma vida tradicionalmente rural para um meio urbano (sem que tenha a estrutura de uma aglomeração urbana). Não há terras agricultáveis, nem terrenos que permitam a criação de animais. As famílias nada produzem. Não há alternativa de trabalho para esses cidadãos de pouca instrução, totalmente adaptados à vida do campo. (COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2007, p.8).

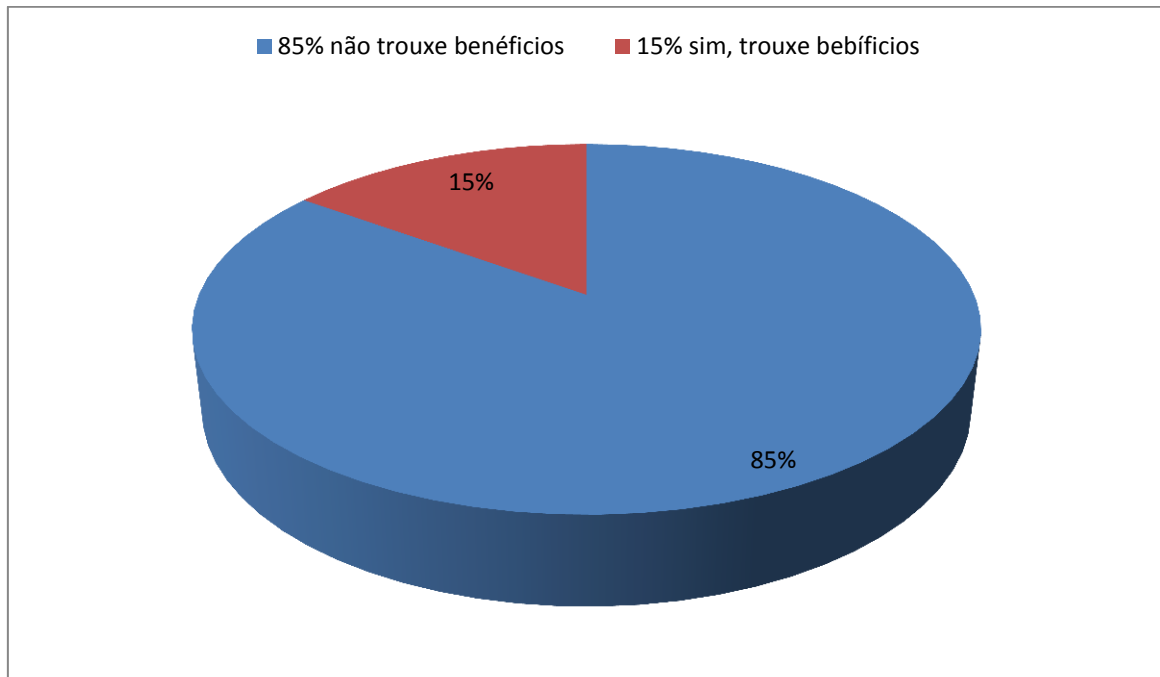
Com base nesse contexto julgamos que o maior problema surgido para estas famílias é a falta de terras onde a comunidade foi reassentada, já que as mesmas possuíam terras e várzeas às margens do Rio Paraíba, nas quais produziam o suficiente para o sustento do grupo familiar que, segundo fontes apresentadas no gráfico 2 (dois), a quantidade de filhos por família entrevistada é elevada, isto é, 80% das famílias possuem de 03 a 05 filhos. Como tais famílias tinham suas vidas em torno da produção agrícola da qual participava todos seus componentes, essa dinâmica foi alterada,

Para melhor compreensão dessa dinâmica, Sauvy (1979, p.153) faz interessante observação sobre abastança e a “instrução” escolar. É preciso considerar, no entanto, a visão neomalthusiano do autor e o contexto conservador da época e do seu lugar de enunciação. Nas palavras do autor,

A abastança é, pelo menos em certa fase do desenvolvimento, criadora de necessidades; o mais das vezes o filho torna-se então antes um estorvo maior do que para um casal pobre e imprevidente. O desejo de dar instrução é por si só uma necessidade nova. A abastança permite também proporcionar meios contraceptivos, consultar médicos, etc. A propriedade individual incita frequentemente a reduzir a descendência para evitar o esfacelamento por herança. Quem nada tem a perder tem filhos mais facilmente.

Sob esta ótica, a quantidade elevada de filhos por família, fato comum entre os agricultores pobres, apresenta como uma primeira visão do problema o fato de que, “empurradas” para fora de seus pedaços de terra, estas famílias não têm como manter suas atividades de subsistência; somando-se a isso, observamos as oscilações e/ou incidentes diversos como perda de casas, bens e ausência de serviços comunitários provocando forte desestruturação familiar.

Gráfico 4 – Benefícios para os moradores com a construção da Barragem Acauã



Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro/2016

Nota: Pesquisa realizada junto ao reassentamento de Vila Nova – Aroeiras- PB

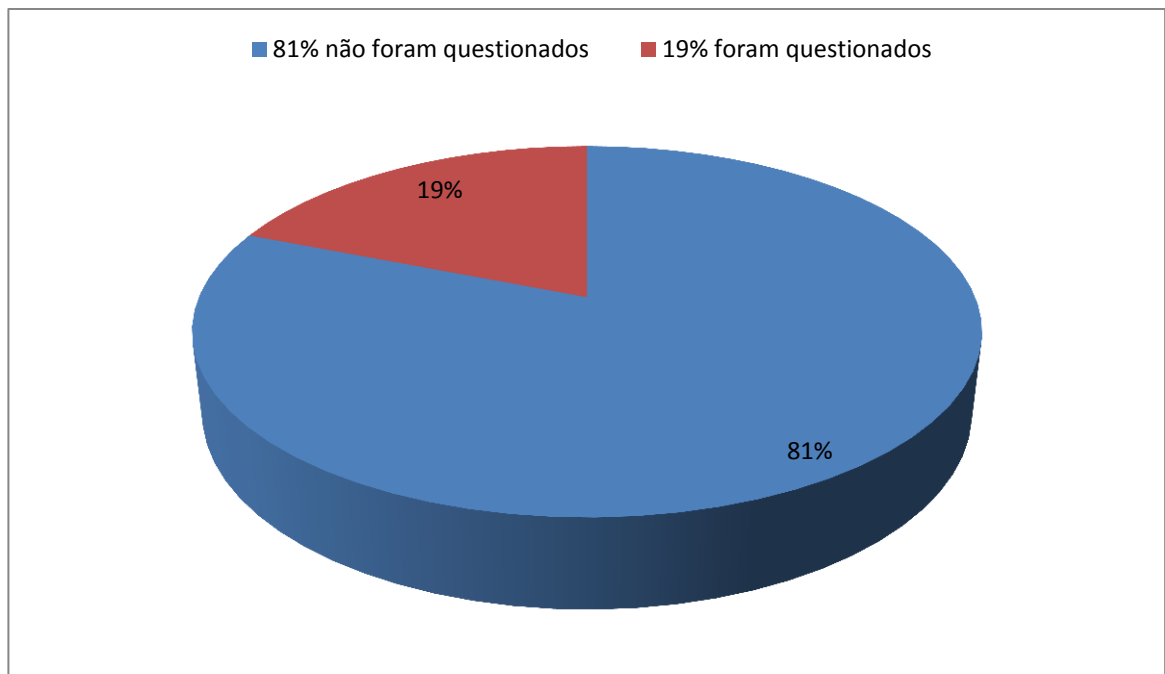
As barragens costumam inundar uma longa extensão de terras habitáveis. Isso faz com que muitas pessoas sejam desalojadas e fauna e flora completamente dizimadas. Por isso, deve haver discussões sobre a real necessidade das barragens, bem como formas de minimizar o seu impacto socioambiental. É o que deveria ter acontecido, por exemplo, no caso da construção da Barragem de Acauã. Todavia, ao serem questionados se sua construção trouxe benefícios para os moradores, de acordo com o gráfico 4, 85% dos entrevistados responderam que não e 15% responderam que sim, sendo importante sublinhar que os sonhos de um grande contingente dessas famílias, sobre melhorar de vida após construção da Barragem de Acauã, “ficaram também submersos nas águas”, uma vez que esse era apenas um discurso usado pela autoridade governamental que infelizmente não se concretizou. Vejamos o que disse o (GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA, 2000, p.266) sobre impactos benéficos da Barragem de Acauã:

Considerando a área de influência funcional da barragem, são verificadas perspectivas de impactos benéficos, incidindo principalmente sobre o meio antrópico (agricultura irrigada, abastecimento de água, atividade pesqueira, vazão regularizada) elevando o IAP (Índice de Avaliação Ponderal) final para 2,1397.

“Os sonhos ficaram submersos” porque conforme os argumentos da autoridade governamental apresentados na citação acima, os moradores iriam para uma agrovila com infraestrutura. Entretanto, até hoje a população atingida aguarda a ação do Governo do Estado quanto à implantação definitiva das medidas de mitigação dos impactos negativos de Acauã.

Nessa acepção, a construção de barragens no Brasil é marcada pelo desrespeito ao meio ambiente e à sociedade, sobretudo às populações atingidas, que veem seus modos de vida se alterarem drasticamente e se anularem em nome do desenvolvimento da sociedade capitalista. É importante ressaltar que, a população ignorava e/ou não fazia ideia do grande problema social que seria gerado em nome do desenvolvimento, considerando que, os discursos que antecederam a construção da Barragem de Acauã traziam consigo a falsa promessa de geração de emprego e desenvolvimento, de respeito à natureza, de energia mais barata para o povo e de garantir os direitos de indenizações das famílias. Atualmente, porém, sabem-se, tais discursos eram vazios, eivados de interesses. Isso constata que o governo tem uma dívida social com estas pessoas.

Gráfico 5–Moradores ouvidos acerca do novo local



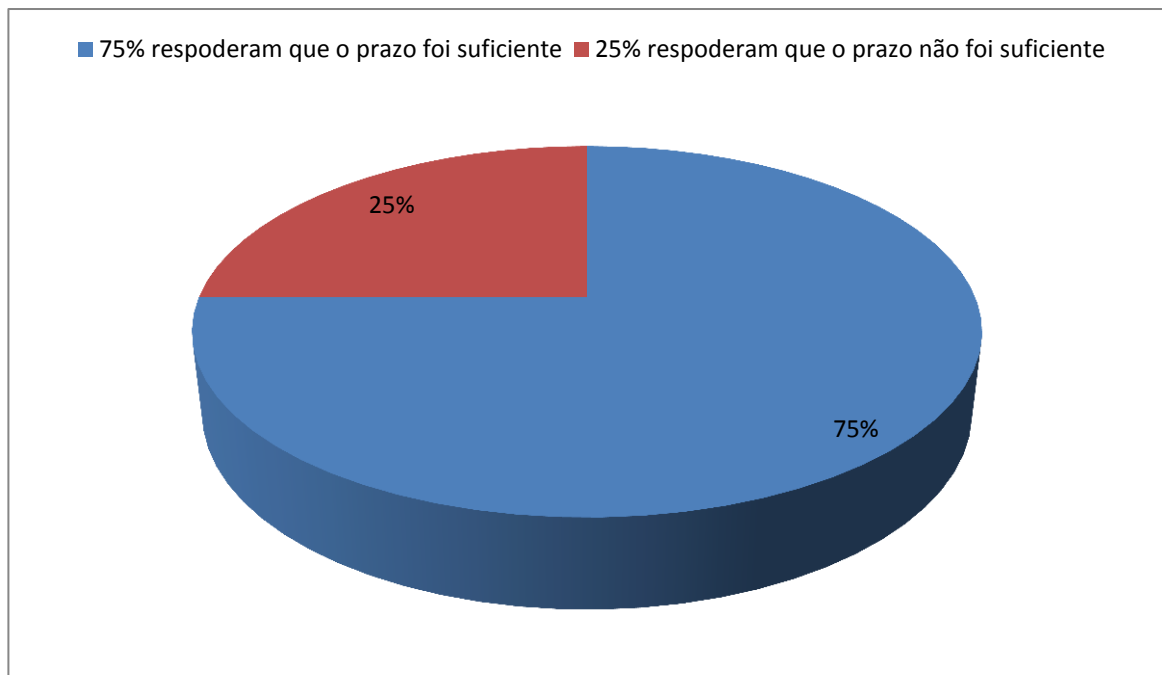
Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro/2016

Nota: Pesquisa realizada junto ao reassentamento de Vila Nova – Aroeiras- PB

O reassentamento da população atingida pela Barragem de Acauã traz à tona um desequilíbrio latente entre a dinâmica de vida antes da construção da barragem e as dificuldades enfrentadas atualmente, em virtude das inúmeras violações de direitos ocorridas durante o processo da remoção das famílias da área do lago, na Comunidade de Pedro Velho. Significando dizer que, as famílias foram transferidas para uma área notadamente desprovida de condições elementares de vida, com escassez de serviços públicos e, o que é mais grave, sem meios para os moradores retomarem suas atividades produtivas.

Diante disso, como apresenta o gráfico, 81% dos entrevistados responderam que não foram questionados sobre o novo local de moradia, isto é, o local de reassentamento e, 19% responderam que foram questionados. Analisando tal resultado percebemos que os problemas sociais que a população atingida iria enfrentar, foram omitidos, porque discutiu-se tão somente o valor da obra e sua utilidade. Valendo salientar que a Barragem de Acauã é um dos casos de barragem não associada a uma hidrelétrica, construída pelo governo da Paraíba para abastecimento hídrico de Campina Grande e cidades circunvizinhas, mas até então se têm assistido um verdadeiro descaso acerca do abastecimento hídrico e a situação social catastrófica dessas famílias reassentadas.

Gráfico 6 - Se o prazo apresentado pela construtora foi suficiente para retirada dos imóveis



Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro/2016

Nota: Pesquisa realizada junto ao reassentamento de Vila Nova – Aroeiras- PB

Antes do início das obras de construção de Acauã, os moradores instalados nas proximidades ou nas margens do rio Paraíba, não receberam informações adequadas acerca do que lhes iria acontecer. De acordo com o gráfico acima, 25% responderam sim, isto é, o prazo apresentado pela construtora foi suficiente para retirarem seus pertences da área que iria ser inundada, enquanto 75% responderam que não. Fazendo jus ao exposto, a área inundável pegou a maioria da população desprevenida, uma vez que, as águas invadiram a comunidade deixando suas casas submersas, conforme fica evidente nas fotos de números 15 e 16 a seguir.



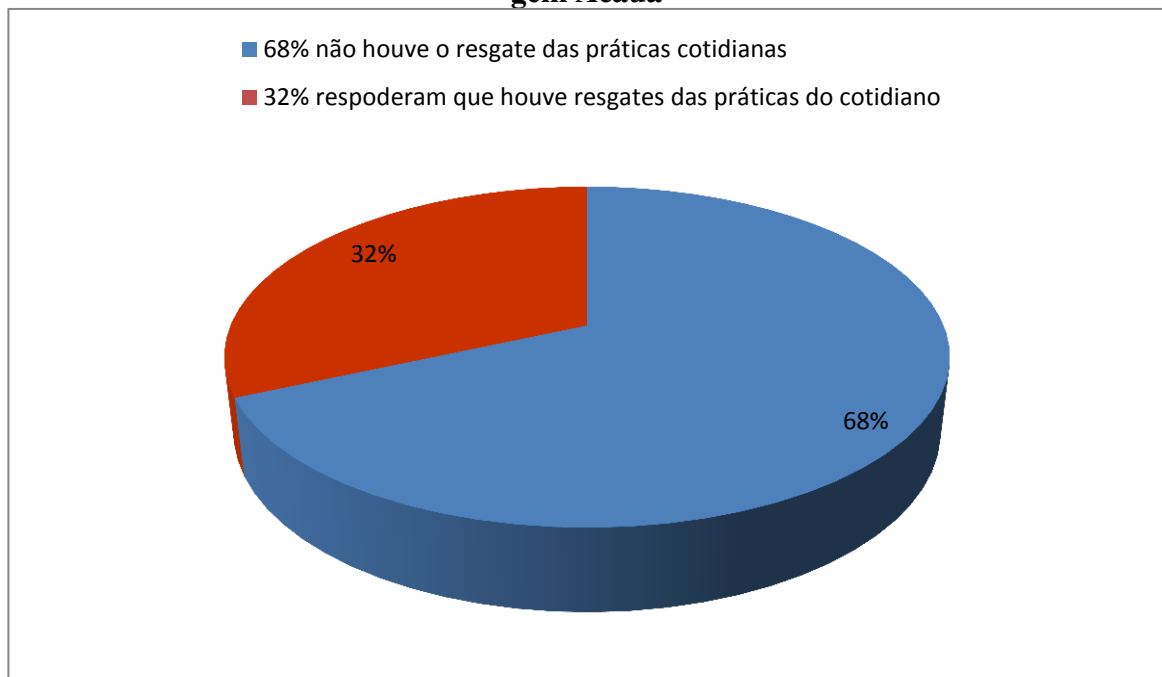
Figura 15: Moradores tentando salvar seus pertences diante da invasão das águas.
Fonte: MAB. Acesso em 13 de Maio de 2016.



Figura 16: Comunidade de Pedro Velho “afogando-se” nas águas. Fonte: MAB.
Acesso em 13 de Maio de 2016.

E, quanto às medidas apontadas pelos representantes do governo, a exemplo de saneamento básico, permuta de casas conservando o mesmo padrão do imóvel atingido, alocação de indústrias para a região, projetos de irrigação, entre outros, ficaram somente nos sonhos dessas famílias, como já foi evidenciado.

Gráfico 07– Quanto ao resgate da cultura e tradições da população atingida pela Barragem Acauã



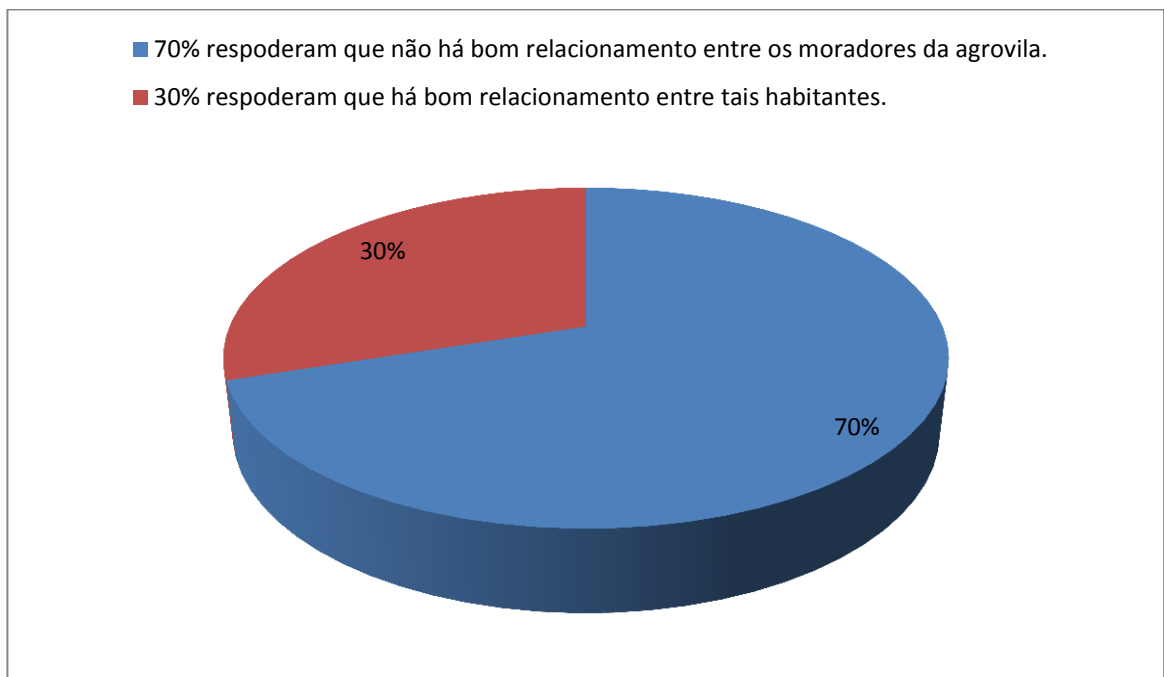
Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro/2016

Nota: Pesquisa realizada junto ao reassentamento de Vila Nova – Aroeiras- PB

Sobre o resgate da cultura e tradições, estamos nos referindo ao processo de manutenção das práticas cotidianas dos moradores atingidos pela barragem no local para onde foram realocados. Conforme os dados apresentados no gráfico acima, 68% das famílias entrevistadas responderam não e 32% responderam sim, sendo importante sublinhar que, sendo a história uma contínua e permanente evolução das tradições e da cultura popular; as relações, a língua, as crenças e a arte, por exemplo, são elementos essenciais que compõem a história de um povo. Nesse ínterim, todo processo de mudança promove novas adequações identitárias e, não há comonegar, a população que passa por esse processo sente-se meio perdida até se adequar ao novo estilo de vida. Sob essa ótica, as famílias atingidas pela Barragem Acauã passam por esse processo, pois parte de suas vidas e crenças foram arrancadas, conseqüentemente veem-se obrigadas a se redefinirem diante de si e do mundo. Tal fato nos reporta ao capítulo 1

quando diante da visão de Iores(2006) acerca das construções de barragens serem um empreendimento capitalista significativamente lucrativo, comentávamos que, com a construção de barragens a população ribeirinha fica à mercê de uma verdadeira desordem territorial, haja vista, sua desterritorialização implicar na quebra de vínculos e/ou perda de controle das territorialidades pessoais ou coletivas.

Gráfico 08 - Relacionamento entre os moradores da atual Vila Nova de Pedro Velho



Fonte: Pesquisa de campo realizada em janeiro/2016

Nota: Pesquisa realizada junto ao reassentamento de Vila Nova – Aroeiras- PB

Ao serem questionados acerca do relacionamento dos moradores da atual Vila de Pedro Velho, 70% disseram não ser satisfatório e apenas 30% disseram sim, isto é, mantêm um bom relacionamento. Não há um bem tão valoroso quanto às relações harmoniosas de parentesco e amizades, alicerçadas no diálogo. Provavelmente essas famílias entre outras perdas, perderam a identidade coletiva, em virtude da nova forma de organização social.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Verificamos a partir das informações coletadas em campo que, a construção da Barragem de Acauã não atendeu às expectativas dos moradores quanto ao abastecimento hídrico em melhores condições de vida. Significando dizer que, 100% dos entrevistados responderam não estarem satisfeitos com a construção da Barragem de Acauã, haja vista, o discurso utilizado acerca de melhorias, não haver correspondido à realidade. No geral, essas famílias lidam com as ausências de saneamento básico, de terras para o cultivo da lavoura (feijão e milho, alimentos base para sobrevivência e criação de animais) e inexistência de vias de acesso que interligava essa comunidade às comunidades circunvizinhas, a exemplo de Água Paba, cujo acesso hoje só é possível através de barco. Ademais, a água fornecida não é de boa qualidade, entretanto, a população sem opção, utiliza essa água de origem duvidosa. Quanto ao abastecimento hídrico da cidade de Campina Grande e cidades circunvizinhas não saiu do papel até então.

A construção da Barragem de Acauã modificou não somente a paisagem, mas também os sonhos e a vida de muitas pessoas. Nem todas conseguiram recuperar os bens que possuíam anteriormente ao alagamento. Entre os sentimentos que marcaram a vida dos desapropriados estão a tristeza e a revolta. Tristeza por verem afogadas com suas terras uma parte de sua história e revolta por terem sido injustiçados nas indenizações pagas por suas terras e benfeitorias, por serem pressionados a aceitarem decisões das quais não eram consultados. Em outras palavras, as famílias que foram expulsas das terras destinadas para a construção da barragem, até então, sequer têm água de boa qualidade para o consumo. Os casos de doenças infectocontagiosas tornam-se comuns, a exemplo de cólera, verminose e esquistossomose, dengue, zica e chinkungunya, cujas epidemias nos últimos meses têm provocado vários óbitos.

Observou-se também como um acentuado problema, a ausência de terras no local onde a comunidade foi reassentada, pois os atingidos pela Barragem de Acauã desfrutavam de terras nas quais produziam e sustentavam suas famílias.

É constrangedor perceber que, ao invés de melhorar a vida dos atingidos que já tinham toda uma estrutura social montada às margens do rio Paraíba, a construção da Barragem de Acauã além de destruir suas histórias, também transformou para sempre suas práticas sociais e econômicas, enfim, alterou negativamente sua cultura.

Em vista disso, sugere-se a continuidade dessa pesquisa. Entre as sugestões de propostas estariam: a) a verificação das condições de reorganização da vida dos agricultores desapropriados pela Barragem de Acauã nos locais para onde se deslocaram após a desapropriação; b) e a averiguação das semelhanças e diferenças nas formas de atuação do Estado em outros processos de desapropriação, como forma de exigir do Estado à promoção da justiça social, a exemplo de Paulo Afonso-BA que, conseguiu obter vários privilégios do Governo, entre os quais o direito de explorar as terras improdutivas em Água Branca, Alagoas; a concessão para captar o potencial hidrelétrico da cachoeira de Paulo Afonso e produzir eletricidade; e a isenção de impostos referentes à sua fábrica de linhas de costura Estrela, na localidade de Pedra, situada a 23 km da cachoeira. Entre 1910 e 1911, todas essas concessões foram transformadas em decretos-lei pelo Estado de Alagoas.

Ademais, enquanto máquinas gigantescas circulam sob o impacto das águas da cachoeira, o Complexo de Paulo Afonso segue alimentando a fome de energia da Região Nordeste, atendendo aos setores primários, secundários, terciários, impulsionando o turismo, gerando novos empregos, e contribuindo para o desenvolvimento do país.

Como recomendações estariam: a) a autoridade competente responsável pela área de ambiente deve velar pelo cumprimento das leis no domínio do ambiente, desenvolvendo políticas e medidas rigorosas nesse sentido; b) fiscalizar o cumprimento das recomendações e medidas propostas no âmbito da avaliação de impacto socioambiental; c) desenvolver ou promover políticas ambientais e a criação de um sistema de gestão ambiental nas empresas; d) que os futuros investimentos, principalmente do governo, passem por Avaliação de Impacto Ambiental; e) que se faça um plano de gestão integrada de recursos hídricos da bacia e do local em particular, garantindo a todos os atingidos e cidades circunvizinhas, água de boa qualidade; f) criar sistemas de informações sobre os perigos adicionais com a acumulação da água e das medidas de segurança quer para a população local, quer para os visitantes, concretamente aos perigos. Essas informações também vão para o tratamento dos resíduos sólidos a montante da bacia passando pela não colocação de lixos nas linhas de água sob prejuízos da sua contaminação; g) desenvolver campanhas para evitar a proliferação de mosquitos com prejuízos na saúde pública; h) que os futuros investimentos desse tipo passem por um melhor estudo, planejamento e gestão dentro do quadro legislativo vigente no país.

Por fim, esperamos que este trabalho sirva como documento que possa ser utilizado pelos governos locais como forma de instrumento norteador de políticas públicas de melhorias às condições de vida dos atingidos pela Barragem de Acauã.

REFERÊNCIAS

ACSERALD, Henri; SILVA, Maria das Graças da. Conflito social e mudança ambiental na Barragem de Tucuruí. In _____ (org.). **Conflitos ambientais no Brasil**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004. P. 175-193.

BARROS, Henrique O. Monteiro de. **Avaliação dos Impactos socioeconômicos da Implantação do Projeto de Sobradinho**: A população opina sobre a relocação. 2º Relatório. Recife, 1983.

BENJAMIM, César. **O porquê do apagão. Foi loucura, mas houve método nela**: gênese, dinâmica e sentido da crise energética brasileira. Junho de 2001. Disponível em: <http://www.dieese.org.br/esp/energia/debnac/Energia.rtf>. Acesso em 15 nov. 2008.

BRASIL. DEPARTAMENTO NACIONAL DE OBRAS CONTRA AS SECAS. **Barragens do Ceará**. 2008c. Disponível em: <http://www.dnocs.gov.br/~dnocs/doc/canais/barragens/Barragem%20da%20Ceará/>. Acesso em: 23 out. 2008.

CADERNOS DO LOGEPA. João Pessoa Vol. 2, jul/dez., 2003 p. 74-80

COMISSÃO ESPECIAL DO CONSELHO DE DEFESA DOS DIREITOS DA PESSOA HUMANA, 2007, p.8.

COMISSÃO MUNDIAL DE BARRAGENS. **Barragens e Desenvolvimento**: uma introdução. 2000b. Disponível em: www.gabeira.com.br/noticias/noticia.asp?id=33. Acesso em: 21 maio 2008.

FUNDAÇÃO DE AÇÃO COMUNITÁRIA (FAC). **Relatório Socioeconômico da Barragem de Acauã**. João Pessoa: Governo do Estado da Paraíba, 1999, 27 p.

GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA/SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DO MEIO AMBIENTE, DOS RECURSOS HÍDRICOS E MINERAIS – SEMARH. **Estudo de Impacto ambiental da Barragem de Acauã**. Fortaleza: IBI ENGENHARIA CONSULTIVA, 2000, 266 p.

HAESBAERT, Rogério. Instituto de Estudos Sócio-Ambientais: **Boletim Goiano de Geografia**. v.26. n.1, jan./jun. 2006.

_____. Território e Multiterritorialidade: um debate. **GEOgraphia**, ano IX, n.17, p.19-46, 2007.

IORIS, Antônio Augusto Rossoto. **Água, exclusão, mercado e cobrança**: um debate necessário. Texto apresentado no I Simpósio de Recursos Hídricos do Sul-Sudeste, 2006. Disponível em: www.mabnacional.org.br. Acesso em: 20 maio 2008.

LIMA, Joedla Rodrigues de. **Sociedade, energia e ambiente semiárido**: estudo da bacia hidrográfica do Açude Sumé. Campinas-SP, 2004, 205p. Tese (Doutorado em Planejamento de sistemas Energéticos). Faculdade de Engenharia Mecânica, Universidade Estadual de Campinas.

LUDKE, Menga e ANDRÉ, Marli. Pesquisa em Educação: **abordagem qualitativa**. São Paulo: EPU, 1986.

MENDES, Benedito Vasconcelos. Recursos faunísticos. In ABEAS/UFCEG – ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE EDUCAÇÃO AGRÍCOLA SUPERIOR/UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Especialização por Tutoria a Distância**: Desenvolvimento Sustentável para o Seminário Brasileiro. Módulo 10 – Recursos Faunísticos. Brasília, DF: ABEAS; Campina Grande: Universidade Federal de Campina Grande, 2007. 55p.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (Org.). Pesquisa social: **teoria, método e criatividade**. 19 ed. Petrópolis: Vozes, 2001.

MOVIMENTO DOS ATINGIDOS POR BARRAGENS. **Alternativas para a produção de energia**. 2008^a. Disponível em: <http://www.mabnacional.org.br.modesenvolve.html>. Acesso em 08 jun. 2008.

NUTI, MírianRegini. Análise das estimativas de população atingida por projetos hidrelétricos. In VERDUM, Ricardo. (org.). **Integração, Usinas hidrelétricas e Impactos Socioambientais**. Brasília: INESC, 2007, p. 57-87.

OLIVEIRA, Fernando Garcia; ADINARI, Moreira de; BARROS JÚNIOR, Genival; NASCIMENTO, Maria Fernandes do. **Luta pela reconquista da cidadania em Acauã, na Paraíba**. Rio de Janeiro, IPPUR/UFRJ, junho de 2005, 20 p.

REDEINTERNAACIONAL DE RIOS. **Guardiões dos Rios**: Guia para Activistas. Berkeley, CAUSA, International Rivers Network, 2000. 47p.

ROSS, Jurandir Luciano Sanches. **Hidrelétricas e os Impactos Ambientais**. Departamento de Geografia – FFLCH – USP, 1970.

SAUVY, Alfredo. **Elementos de Democracia**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1979.

SILVEIRA, Maria Laura. Novos acontecimentos, novas territorialidades. In: DIAS, Leila Cristina e FERRARI, Maristela. **Territorialidades Humanas e Redes Sociais**. Florianópolis: Insular, 2011.

VAINER, Carlos. Água para a vida, não para a morte: notas para uma história do movimento dos atingidos por barragens no Brasil. In ACSELRAD, Henri; HERCULANO, Selene; PÁDUA, José Augusto (orgs.). **Justiça Ambiental e Cidadania**. Rio de Janeiro: RelumeDumará, 2004, p. 185-215.

VERDUM, Ricardo. Obras de infraestrutura no contexto da integração Sul-Americana. In VERDUM, Ricardo. (org.). **Integração, Usinas hidrelétricas e Impactos Socioambientais**. Brasília: INESC, 2007, p.13-40.

VIEIRA, V. P. P. B. (Coord.). **A água e o desenvolvimento sustentável no Nordeste**. Brasília: IPEA, 2000. 264p.

APÊNDICE

Questionário sócio-cultural

Obs. Para cada pergunta assinale apenas uma alternativa.

01. Grau de Escolaridade?

- Ensino Fundamental Incompleto
- Ensino Fundamental Completo
- Ensino Médio Incompleto
- Ensino Médio Completo
- Nunca estudou

02. Quantidades de filhos?

- 0 a 02
- 03 a 05
- acima de 06

03. Principal atividade econômica das famílias antes da Barragem Acauã?

- Agricultura
- Pecuária
- Comércio

04. As propostas apresentadas acerca da construção da Barragem de Acauã traziam benefícios para os moradores da Comunidade Atingida?

- Sim
- Não

05. Os moradores foram questionados sobre o novo local de suas moradias?

Sim

Não

06. O prazo apresentado pela construtora foi suficiente para retirada dos imóveis?

Sim

Não

07. Houve o resgate da cultura e tradições da população atingida pela Barragem Acauã?

Sim

Não

08. É satisfatório o tipo de relacionamento entre os moradores da atual Vila Nova de Pedro Velho?

Sim

Não